

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

SAMUEL HENRIQUE MOTA DA SILVA

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: à docência masculina na educação infantil.

MARABÁ/PARÁ
2021

SAMUEL HENRIQUE MOTA DA SILVA

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: à docência masculina na educação infantil.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa

MARABÁ/PARÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Silva, Samuel Henrique Mota da

Relações de gênero na educação: a docência masculina na educação infantil / Samuel Henrique Mota da Silva ; orientador (a), Vanja Elizabeth Sousa Costa. — Marabá : [s. n.], 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2021.

1. Educação – Gênero – Marabá (PA). 2. Professores de educação infantil. 3. Sexo - Diferenças (Educação). 4. Ensino. 5. Aprendizagem. I. Costa, Vanja Elizabeth Sousa, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 370.7098115

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

SAMUEL HENRIQUE MOTA DA SILVA

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: à docência masculina na educação infantil.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Data de aprovação: Marabá (PA), _____ de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ma. Vanja Elizabeth de Sousa Costa
(Orientadora – FACED/UNIFESSPA)

Prof.^a Dra. Ana Clédina Rodrigues Gomes
(Membro – FACED/UNIFESSPA)

Prof.^a Ma. Silvana de Sousa Lourinho
(Membro – FACED/UNIFESSPA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Deus todo poderoso que me permitiu poder chegar aqui com segurança e ter muitos momentos especiais durante os anos de curso na UNIFESSPA.

A minha família por todo o apoio despendido a mim durante toda essa trajetória na universidade, em especial a minha mãe Joselita a qual muito se preocupou e se preocupa com minha formação e ao meu pai Raimundo Nonato que sempre enfatizou tanto a mim, quanto a minhas irmãs a importância do saber como única riqueza que não nos pode ser tirada.

A minha orientadora Vanja, por me aturar por tanto tempo, eu creio que bem mais que uma simples relação professora-aluno tenha se formado uma maravilhosa relação de amizade..., somos amigos.

Aos meus amigos e colegas de grupo de estudo Andressa Ribeiro, Pedro Henrique Morgilia e Yanne dos Santos, pois foram durante o curso de graduação uma coluna forte a me sustentar em muitos momentos, passamos por muitas coisas juntos, mas sempre permanecemos unidos, até as temáticas dos nossos Trabalhos de Conclusão de Curso quase saíram praticamente com a mesma temática, eu já disse isso, mas vamos acabar juntando tudo e fazendo deles um livro. (Risos)

Aos meus colegas de turma que estiveram comigo em vários momentos, em especial a Maria Neusa, Denise Wanzeler, Valbianne da Gama, Kaio Coelho, Bianca Sousa, Jhemerson Neto e Katia Cunha que foram parceiros em vários momentos durante estes anos de graduação.

Aos meus professores que me ajudaram não apenas a crescer me dando suporte com os seus conhecimentos, mas também por me ajudarem a perceber que o mundo é bem mais do que eu via, fazendo com que eu pudesse realmente começar a desenvolver meu senso crítico, em especial a profa. Ana Clédina, profa. Silvana e ao prof. Marcelo que me ajudaram no processo de construção deste trabalho em vários momentos.

Aos professores que se prontificaram em participar desta pesquisa respondendo o questionário e falando um pouco sobre a sua trajetória, expectativas e experiências quanto docentes na educação infantil.

E por fim a todos os que me ajudaram indiretamente, ouvindo meus já exaustivos discursos e me fazendo perceber certos aspectos que não via, ou aqueles que com palavras de apoio me ajudaram a chegar até aqui, na finalização dessa monografia.

“Se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvidas de que ela pode mudar. [...] O que se constrói pode, portanto, ser demolido para ser novamente construído.”.
(BADINTER, 1993).

RESUMO

Este trabalho analisou a docência masculina na educação infantil, onde dialogamos sobre a atuação de professores homens, numa área profissional tida há muitas décadas como espaço das mulheres, ou seja, buscamos mostrar a atuação desses profissionais e sua visão sobre a docência em salas de aula na etapa da educação infantil com base nos trabalhos de Scott (1995), Louro (1997), Almeida (1998), Nolasco (1993), Carvalho (1998) entre outros. Metodologicamente esta pesquisa está embasada na abordagem qualitativa por considerarmos a melhor forma de percepção da realidade dos sujeitos pesquisados e dos fenômenos relevantes para este estudo que podem ocorrer através de suas ações. Primeiramente procedemos uma revisão bibliográfica sobre a temática e em seguida realizamos a entrevistas semiestruturadas com professores que atuam ou já atuaram na educação infantil em escolas da rede municipal de Marabá-Pará. Partindo de análises das entrevistas semiestruturadas, consideramos também a concepção que estes profissionais têm de si e da relevância do seu trabalho nessa etapa da educação básica. Além dos questionários, contribuíram como fonte de pesquisa, os dados do Censo Escolar sobre o quantitativo de professores homens do ano de 2020. Os resultados obtidos permitiram constatar que, no caso da docência masculina na educação infantil o gênero não inferi na competência profissional dos sujeitos atuantes nas profissões e a desnaturalização da feminização do magistério envolve bem mais do que apenas romper com os limites de gênero, mais também com valorizar a profissão docente.

Palavras-chave: Gênero. Homem. Masculinidade. Docência.

ABSTRACT

This work analyzed male teaching in early childhood education, where we talked about the performance of male teachers, in a professional area considered for many decades as a space for women, that is, we seek to show the performance of these professionals and their vision of teaching in classrooms in the early childhood education stage based on the works of Scott (1995), Louro (1997), Almeida (1998), Nolasco (1993), Carvalho (1998) among others. Methodologically, this research is based on a qualitative approach as we consider the best way to perceive the reality of the researched subjects and the phenomena relevant to this study that may occur through their actions. First, we carried out a bibliographical review on the subject and then we carried out semi-structured interviews with teachers who work or have already worked in early childhood education in municipal schools in Marabá-Pará. Based on the analysis of semi-structured interviews, we also consider the conception that these professionals have of themselves and the relevance of their work at this stage of basic education. In addition to the questionnaires, data from the School Census on the number of male teachers in 2020 contributed as a research source. active in the professions and the denaturalization of the feminization of teaching involves much more than just breaking gender boundaries, but also valuing the teaching profession.

Keywords: Gender. Man. Masculinity. Teaching.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Censo Escolar 2020 – Educação Básica	47
Tabela 02. Censo Escolar 2020 – Educação Infantil (Creche)	47
Tabela 03. Censo Escolar 2020 – Educação Infantil (Pré-Escola).....	47
Tabela 04. Perfil dos Docentes Entrevistados.....	48

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1 GÊNERO E A SUA INFLUÊNCIA SOCIAL NO MASCULINO E FEMININO	13
1.1 Gênero e Cultura	14
1.2 A Origem do Termo Gênero e Feminismo.....	16
1.3 Gênero, Construção da Identidade e a Relação de Poder	18
1.4 Gênero e a sua Influência no Mercado de Trabalho	21
2 A MULHER E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	24
2.1 A Feminização do Magistério	28
2.2 Feminização do Magistério Igual a Desvalorização da Docência?.....	31
3 MASCULINIDADE, GÊNERO E DOCÊNCIA	33
3.1 O Homem e à Docência	38
4 OS CAMINHOS DA PESQUISA	43
4.1 Situação	43
4.2 A pesquisa	43
4.3 Características da Pesquisa	44
4.5 A execução da pesquisa	45
5 ANÁLISES E RESULTADOS	47
5.1 A escolha pela docência e a chegada a Educação Infantil	49
5.2 Um estranho na sala de aula	51
5.3 A atuação do professor na sala de aula	53
5.4 A visão da experiência sobre a docência na educação infantil	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A – Questionário para Coleta de Dados	60

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está envolta em muitos assuntos tidos como tabus, entre essas problemáticas se encontra a discussão sobre gênero a qual se está relacionada a temática sexualidade, entretanto por mais relacionados que estejam os dois apresentam conceitos diferente e não interferem um no outro.

Essencialmente quando iniciamos qualquer discussão sobre gênero, geralmente logo fazemos um comparativo entre o feminino e o masculino, as relações de força e dominância do homem sobre a mulher e sobre a imposição da sociedade a uma padronização dos comportamentos tidos como “certos” a cada gênero, e muitas vezes acabamos por nos focar tanto na figura da mulher que nos esquecemos que assim como existe uma imposição de normas a mulher também existe uma imposição de normas e padrões ao homem.

E se caminarmos na perspectiva das discussões de gênero colocando o homem como figura central tornar se necessário compreender quais são esses padrões e eventualmente o que está fora desses padrões. Se pararmos para analisar o “certo e errado” tendo como ponto central o mercado de trabalho, veremos que existe muitos estereótipos de empregos adequados ao homem e a mulher. Se questionássemos pessoas transientes na rua perguntando qual a profissão adequada ao homem e a mulher poderíamos notar que as áreas ligadas ao cuidado seriam citadas facilmente como empregos adequados as mulheres, assim como, áreas com características de força bruta e raciocínio lógico seria a dos homens.

E assim tendo como figura central o homem, neste trabalho iremos dialogar e discutir um pouco de sobre a sua atuação do homem numa área profissional tida há muitas décadas como espaço das mulheres: o trabalho na educação de crianças pequenas, ou seja, a profissão do professor na educação infantil.

Se pararmos e observarmos uma instituição de ensino nas séries iniciais veremos que em sua grande maioria o corpo docente delas é formado por mulheres, eventualmente veremos um ou dois homens como professores, na maioria das vezes o encontramos desempenhando outras funções na instituição, mas na docência são poucos os homens que desempenham esse papel.

Se encontramos esse cenário nas séries iniciais onde as faixas etárias das crianças podem ser classificadas como relativamente “autônomas” e desenvolvidas, nos questionamos como seria na etapa da educação infantil?

A figura quase rara do homem nas séries iniciais acabaria por se tornar inexistente na educação infantil? Talvez sim, pois não precisamos ir muito longe para averiguar que nesta etapa a figura da mulher é a eleita como a ideal e essencial pela sociedade para desempenhar as funções que esta etapa requer. Se questionarmos o porquê talvez percebamos que para muitos, apenas o fato de ser mulher já a qualifica para essa função, porque ela pode ser mãe e conseqüentemente ela já está apta “biologicamente” e “psicologicamente” para lidar com o ensinar e educar as crianças pequenas.

E assim tendo como ponto de partida experiências pessoais de terceiros, bem como de experiências ocorrida no estágio de educação infantil escolar quanto a negação ao trato de crianças pequenas por homens, nos levou a questionar quais os fatores que levam ao impedimento e exclusão da figura do homem quando falamos em cuidar e educar crianças pequenas? Seria apenas as normativas padronizadoras da sociedade sobre o gênero? Seria o fato do atrelamento do ambiente escolar das crianças pequenas ao ambiente doméstico? Seria as características “biológicas” do homem empecilhos ao lidar com crianças pequenas? Seria a sexualidade? Seria as qualificações acadêmicas?

Se formos elencar todas as possíveis questões que influenciam e nos justificam a ausência do homem nesse momento ou espaço onde a criança estar, iríamos entrar numa discussão que com certeza não caberia neste trabalho, entretanto vamos nos ater a seguinte questão problematizadora: como o gênero influencia a atuação do homem como professor em sala de aula da educação infantil?

A partir desta problematização nos ateremos em descrever como o homem ver a sua atuação em frente a outras pessoas, assim como tentaremos compreender o que leva o homem a escolher ou não à docência na educação infantil, ressaltando mais uma vez o homem como objeto desta pesquisa e a etapa da educação infantil como campo de pesquisa, tendo em vista que nessa etapa é onde, justamente a figura da mulher é mais idealizada.

Entretanto, ao discutir essas questões devemos nos ater que a discussão de gênero e de sua relação com as escolas é um campo de pesquisa relativamente novo no curso de pedagogia da UNIFESSPA, entretanto, em termos de Brasil, já possuímos estudos e pesquisas que estão fortemente interligadas ao feminismo e ao conceito cultural, isso quando falamos especificamente da importância da questão de gênero refletido na sociedade. Entretanto vemos ainda uma grande barreira para que essas discussões adentrem o espaço escolar, por causas de

dogmas religiosos, ideologias e falta de conhecimento das famílias, comunidade escolar e até mesmo das professoras e dos professores.

Por mais que já tenhamos uma grande diversidade de trabalhos que visem as questões de gênero, encontramos certa dificuldade em artigos, livros, etc., que que analisem o gênero num olhar voltado ao masculino, devido aos estudo sobre a masculinidade e afins também serem muito recentes, e mesmo quando tratamos no estudo de gênero dentro do campo educacional percebemos que essa área ainda tem muito no que avançar.

Em nossos levantamentos para revisão da literatura, em algumas plataformas. Quando do levantamento bibliográfico, filtramos os trabalhos usando como descritores de busca, as palavras “**Homem**”, “**Escola**” e “**Docência**”. Nesse caso, vimos uma considerável queda no quantitativos de trabalhos que trazem nos seus estudos esse debate.

Nesse estudo, buscamos não apenas conceituar a palavra gênero, mas explicar a sua origem, bem como as áreas e os conceitos que embasam sua teoria, indo desde a construção social e cultural até chegar na área educacional, foco deste, pois as discussões de gênero encontram tantas barreiras por apenas falar que muitas das vezes esquecemos da influência dela em nossas vidas, seja através das nossas ideologias ou mesmo por pré-conceitos nas direções que devemos tomar.

É importante salientar que neste trabalho nos ateremos a discutir apenas sobre os conceitos masculinidade e feminilidade, as categorias de gênero bem como definições sobre sexualidade poderão ser citadas, mas não nos aprofundaremos sobre os mesmo, entendemos a relevância dos mesmo, mas para a construção deste trabalho os diálogos e debates trago focasse no que por muitos pode ser considerado “tradicional”.

Dessa forma esta monografia, está organizada em cinco capítulos no qual o primeiro abordar uma contextualização sobre gênero, o segundo aborda a feminização do magistério, o terceiro aborda a masculinidade, assim construindo uma base teórica para facilitar a compreensão das discussões que a questão central deste trabalho tentar responder o que está explanado no quinto capítulo.

O primeiro capítulo deste trabalho nomeado como “Gênero e sua influência social no masculino e feminino” traz em seu texto as origens sobre o conceito de gênero, concepções de cultura no gênero e tenta dialogar com a questão de poder masculino e a influência de padrões sobre a construção do ser homem e do ser mulher, assim como sua influência no mercado de

trabalho, este contará com autores como Scott (1995), Louro (1997) e Laraya (2008) que darão a base a toda a discussão inicial sobre gênero.

O segundo capítulo nomeado como “A mulher e a feminização do magistério” trará em seu escopo um breve histórico sobre a mulher e o processo de conquista ao acesso à educação, assim como tentamos dialogar e discutir sobre o porquê da entrada da figura feminina no magistério bem como se deu o processo de feminização do magistério. Neste capítulo utilizamos Almeida (1998), Rosemberg, Piza e Montenegro (1990), Arce (2001), Rabelo e Martins (2010).

No terceiro capítulo nomeado “Masculinidade, gênero e docência” fizemos uma breve discussão sobre o conceito de masculinidade, bem como discutimos os possíveis impactos que a conceituação sobre masculinidade pode trazer, assim como se dá o aspecto da docência masculina e seus entraves. Neste capítulo trabalhamos sobre as perspectivas de Nolasco (1993), Muszkat (2018), Carvalho (1998), Monteiro e Altmann (2014), Araujo e Hammes (2012), entre outros.

O quarto capítulo “Caminhos da pesquisa” teve como base teórica Severino (2007), Marconi e Lakatos (2003), Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013), onde caracterizamos a pesquisa, descrevemos os processos da pesquisa e expusemos alguns dos percalços por conta da Pandemia, interferências e a situação em que tivemos de desenvolver a pesquisa de campo.

Por fim, no quinto capítulo intitulado análises e discussões, avaliamos as respostas dos participantes ao questionário de forma que pudéssemos responder as questões norteadoras desta monografia, assim encerrando este com esperança que sirva, principalmente aos professores e professoras da educação básica de nossa região, como mais uma base a futuros trabalhos referentes a gênero, masculinidade e docência na educação infantil.

1. GÊNERO E A SUA INFLUÊNCIA SOCIAL NO MASCULINO E FEMININO

A discussão sobre relações de gênero é uma temática ligeiramente atual e muito difícil de se dialogar com uma parcela da sociedade contemporânea, por se encontrar relacionada a um dos assuntos mais problemáticos a serem abordados nas escolas e na sociedade em geral, que é a “sexualidade”. A relação existente entre essas temáticas acaba por confundir muitas pessoas, levando-as a acreditarem que os conceitos de gênero e sexualidade são únicos, dessa forma firmando o erro e fortificando o tabu que existe em torno da temática.

Assim verificamos que esse erro de conceituação é fortemente aceito por uma parcela da sociedade e apesar da repercussão sobre as discussões da temática, muitas pessoas ainda teimam e renegam a dissociação das duas temáticas que são “gênero” e “sexualidade” recusando-se a compreender que mesmo relacionados, elas não tem uma influência direta uma sobre a outra, assim como nos traz Scott (1995, p.76), quando afirma que: “o uso do “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.”.

Ainda levando em consideração o aspecto sexo, vemos que a sociedade desde muito tempo vem construindo e determinando as atribuições adequadas tanto ao homem quanto a mulher, levando em consideração algumas características mais fortes e visíveis de ambos os sexos. A mulher pelo fator da reprodução foi dada a ela a responsabilidade sobre o cuidado da casa e dos filhos, ao homem devido seu arquétipo físico ficou responsável pelo prover de meios para a sobrevivência e dessa forma se seguiu durante muito tempo.

Em algum momento da história essa divisão de tarefas começou a diferenciar e distanciar ainda mais homens e mulheres na representação de poderes, além disso, a mesma divisão de tarefas começou a fixar na sociedade determinados comportamentos como padrões a serem seguidos na afirmação do sexo pertencente, tais como a delicadeza, a subordinação e emocionalidade, que são relacionados a mulher e a rispidez, racionalidade e a dominância ao homem.

Esses comportamentos tidos como “padrões” foram tão fortemente assimilados, e em algum momento começou-se a pensar que tais comportamento eram características inatas, ou seja, construiu-se um determinismo biológico, nascíamos com estas características e estas nos faziam homens ou mulheres.

A partir desse suposto determinismo biológico homens e mulheres tornaram-se polos opostos, dessa forma o ser mulher acaba por ser considerado por muitos como um homem imperfeito e as “características” biológicas que as definiam como tal seriam algo completamente oposto as características necessárias a um “verdadeiro” homem. Assim

[...] a mulher é o oposto, o “outro” do homem: ela é o não homem, o homem a que falta algo, a quem é atribuído um valor sobretudo negativo em relação ao princípio masculino (...) A mulher não é apenas um outro ser, no sentido de alguma coisa fora de seu alcance, mas um outro intimamente relacionado com ele, a imagem daquilo que ele não é e, portanto, uma lembrança essencial daquilo que ele é. Assim o homem precisa desse outro, mesmo que despreze, e é obrigado a dar uma identidade positiva àquilo que considera como não-coisa, como nada. (...) talvez ela represente um signo de alguma coisa no homem que ele precisa reprimir, expulsar para além de seu próprio ser relegar a uma região seguramente estranha, fora de seus próprios limites definitivos. Talvez o que esteja de fora também esteja, de alguma forma, dentro talvez o que seja estranho seja também íntimo – de sorte que o homem precise se policiar com atenção a fronteira absoluta entre as duas esferas, porque ela pode ser sempre atravessada, sempre foi atravessada e é muito menos absoluta do que parece [...]. (EAGLETON, 1983, p. 143 apud LOURO, 1995, p.114).

Se analisarmos as palavras de Eagleton (1983) referendadas no trabalho de Louro (1995), podemos dizer que este pensamento seria o pressuposto do processo de desvalorização da mulher em comparação ao homem, assim como já citado, essa desvalorização propicia um desacordo entre ambos, contribuindo para a uma invisibilização e desconsideração da participação em determinados processos daquele considerado imperfeito, isso se pensarmos na construção do ser homem e do ser mulher como algo fixo, fato que sabemos que não é.

1.1 Gênero e Cultura

Para entendermos melhor essa relação, vários estudiosos deixam claro que os conceitos de masculinidade e de feminilidade são subjetivos, pois não possuem uma universalidade na concepção do gênero masculino e do feminino, possuindo divergências nas mais variadas sociedades e grupos nela existentes, como cita Louro (1997, p.22), “As concepções de gênero diferem não apenas entre sociedade ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais de classe) que a constituem”, pois a influência dos grupos impactam diretamente na construção da sua visão do que será o feminino e masculino.

Laraia (2008) em seus estudos nos leva a analisar e questionar até que ponto o biológico realmente justifica as diferenças e discute o que é realmente cultural e biológico em referência ao gênero quando diz:

A espécie humana se diferencia anatômica e fisiologicamente através do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamentos existentes entre pessoas de sexo diferentes sejam determinadas biologicamente. A antropologia tem demonstrado que muitas atividades atribuídas as mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra. A verificação de qualquer sistema de divisão sexual do trabalho mostra que ele é determinado culturalmente e não em função da racionalidade biológica. (LARAIA, 2008, p. 19).

Ainda nessa discussão entre biológico e cultural, Laraia (2008), nos ressalta os perigos dos pensamentos sobre hereditariedade genética aos quais é comum encontrarmos expressões ressaltando e justificando atos, características, comportamentos como parte de uma “herança genética” dos pais, podemos ver isto em frases como “filho de peixe, peixinho é”, “minha “X¹” vem do sangue” frases como as citadas tem apenas a função de justificarem ou condenarem indivíduos por erros ou acertos tendo como base a ligação sanguínea com seus parentes.

O autor ainda afirma sobre a natureza social do ser humano na construção do seu eu, descartando fatores biológicos como justificativas da pessoa que é, enfatizando a força do meio ambiente em que a pessoa se encontra no processo de construção de sua identidade, quando diz que:

[...] o homem seja considerado um ser predominantemente cultural. Os seus comportamentos não são biologicamente determinados. A sua herança genética nada tem a ver com suas ações e pensamentos, pois todos os seus atos dependem inteiramente de um processo de aprendizagem (LARAIA, 2008, p. 38).

E nesse embate entre cultura e biologia na construção da identidade do sujeito, Louro (1995) vem corroborar com Laraia (2008) quando ressalta que é na utilização da biologia para justificar as diferenças gêneros, que as desigualdades serão criadas, pois, não se analisará quais os contextos que levaram a valorização de um sobre o outro, como os gêneros serão representados e apresentados a sociedade e muito menos os impactos que essas diferenças terá, portanto,

[...] o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que as relações entre ambos decorrem dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento sinal, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender – e justificar – a desigualdade social. [...] É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre o sexo. (LOURO, 1995, p. 20-21).

¹ “X” é utilizado como substituto para possível características que possam ser empregados levando à insinuação de posse em virtude dos pais ou parentes do mesmo a terem.

Dessa forma, mas uma vez enfatizamos que o biológico não é aquele que define a masculinidade ou feminilidade, mas sim os aspectos sociais de determinada sociedade, e não apenas da sociedade em geral, mais dos grupos existentes nela.

1.2 A Origem do Termo Gênero e Feminismo

No processo de compreensão do gênero e da sua historicidade, não é apenas necessário discutir gênero através de questões conceituais sobre cultura, mas também sobre os aspectos sócio históricos, é necessário também considerar e averiguar o que é a tão falada relação de poderes ao qual muitos citam quando se discute a igualdade, ponto importante nesse discurso sobre gênero.

Buscando lá nos seus primórdios a discussão sobre a igualdade dos ²sexos tem início com a luta feminista por uma relação mais igualitária com homens, desde que a sociedade a considerava e ainda a considera a mulher como o “lado frágil da balança” se viu a necessidade da mesma precisar de proteção. Essa proteção seria delegada a quem então? Dessa forma a mulher foi posta sobre proteção do outro ao qual tinha a figura de protetor: o homem! Entretanto, sabemos que tudo exige um preço, e o preço exigido dessa “proteção” seria a subordinação dela aos quereres do seu protetor, sendo primeiramente ao pai ou irmão e posteriormente ao marido.

Nesse primeiro momento do feminino na virada do século XIX as lutas se concentravam em reivindicações de igualdade de status dentro da família, oportunidades de estudos igualitários aos homens e oportunidades de empregos.

Louro (1997) afirma que foi nos anos de 1960, citado historicamente como o segundo momento do movimento feminista que começará a haver propriamente uma teorização dos estudos sobre a mulher, é aqui nesse momento que estudiosas do feminismo começam a questionar esse determinismo biológico na definição dos papéis atribuídos a cada sexo, buscando responder de onde vinha origem do poder de dominação masculina, além disso, eles buscaram trazer a mulher o papel de protagonista em momentos importantes da história.

Scott (1995) em uma explanação sobre os primórdios do estudo da mulher nos relata sobre as deficiências e os anseios de resposta na construção teóricas sobre esta nova área que

² Não **gênero**, mas **sexo**, pois termo gênero aparecerá somente posteriormente no segundo momento na teorização dos estudos sobre a mulher.

era o estudo das mulheres, nesse ponto de discussão ela nos relata o nome de algumas estudiosas que trazem abordagens que dialogam e tentam responder sobre a origem de subordinação da mulher ao homem.

A primeira abordagem a ser citada é de Mary O'Brien que nos diz que a dominação masculina se caracteriza como forma de compensação a sua inércia a reprodução da espécie, algo como enfatizar o brilhante e importante papel da paternidade, obscurecendo o papel da mulher em dar à luz, Scott (1995), ao continuar o desenvolvimento desta justificativa cita Sulamith Firestone que corrobora com O'Brien no que chama a reprodução da espécie como “amarga armadilha” para as mulheres, a mesma traz em suas palavras um discurso que só haveria real liberdade quando o avanço tecnológico chegasse a tal ponto que não mais seria necessário o corpo feminino no processo de reprodução.

A segunda abordagem a ser apresentada é a de Catherine MacKinnon, esta abordagem liga a feminilidade a sexualidade e apoia-se nas ideias dicotômicas, o que nos ajudar a entender o porquê da negação de em se trabalhar e falar sobre a sexualidade, pois assim como Eagleton (1983) diz, o fato da mulher ser o homem imperfeito nos faz refletir sobre a existência deste outro – a mulher – mas também nos esconder e isolar de maneira que possa ser monitorado e controlado.

E em razão destas o estudo sobre a mulher acaba por tornar se interligado ao que seria chamado por “excêntrico feminismo” levando a necessidade da criação de um termo mais amplo e neutro com maior seriedade a comunidade acadêmica e a produção científica, sendo assim:

[...] o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo (SCOTT, 1995, p. 75).

Assim, o termo gênero se tornará um substituto a mulher começando por seguinte a enfatizar não apenas a relação contínua de dominância masculina sobre o feminino, mas também as relações entre homens e mulheres, dialogando sobre o entrelaçamento entre ambos na execução de seus papéis na sociedade, conseqüentemente considerando-os uma consequência do outro, discordando do determinismo biológico como fator determinante nos papéis desempenhados por ambos na sociedade. Portanto o termo gênero conceitua-se como:

[...] uma forma de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e

de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p.75).

Entretanto o fato de se compreender o conceito de gênero como algo que é construído socialmente e não como determinado biologicamente não se alterará facilmente dentro da sociedade, pois não se muda em curto período, uma ideologia.

Destacamos que não há intenção de negar a biologia dos corpos sexuados, mas sim enfatizar o social como construtor de práticas de desigualdade, assim;

[...] não há, contudo, pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são “trazidas para a prática social e tornadas partes do processo histórico”. Pretende-se dessa forma realocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem toda as relações (desiguais) entre os sujeitos (LOURO, 1997, p. 22).

Pois compreendemos que o gênero não está firmado no sexo biológico, ele está construído nas práticas cotidianas do certo ou errado ao sexo, bem como no ensinamento perpassado para geração seguinte, pois necessita ser ensinado, não podendo ser categorizado como algo biológico, que já nasce conosco.

1.3 Gênero, Construção da Identidade e a Relação de Poder

Vale ressaltar que se formos somente definir o conceito de gênero como agregador as funções e tarefas designadas pela sociedade estaríamos tornando rebaixada toda essa discussão, por mais que quando perguntamos sobre o conceito de gênero poderemos obter como resposta que gênero é “uma construção sócio histórica e cultural”, mesmo em vista dessa resposta devemos sempre tentar ir mais além, não que está resposta esteja errada, mas se enfatizarmos somente está definição estaríamos pensando nas regras e papeis definidos por uma sociedade e gênero não é apenas isso, gênero é ver, entender e compreender que existem muitas maneiras de ser masculino ou feminino do que apenas executar regra e desempenhar papeis.

Louro (1997, p. 24), nos remete a pensar um pouco mais sobre o que seria o gênero e como ele se constitui em “discutir a aprendizagem de papeis masculino e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais.” Ela dialoga que a construção do masculino e de feminino vai bem mais além, o gênero vai se constituir a partir da **identidade do sujeito**, é aqui onde se encontram os estudos feminismo com os estudos culturais. Em suas reflexões a autora nos diz que a identidade será influenciada por diversos fatores que não a deixaram fixa, e o pertencer dos indivíduos aos mais diversos grupos acaba

por o moldar construindo sua visão sobre gênero a partir dos aspectos e ideologias dos grupos ao quais ele pertencerá (étnicos, classes, sexos etc.).

Os agrupamentos vão contribuindo na construção da visão do indivíduo do que é ser humano, e da sua visão de mundo, nesse processo de construção estará em constante conflito gerando caos e ordem, pois é certo que pertencer a diversos grupos gera conflitos dos mais diversos pontos e é a partir desses conflitos que o sujeito construirá a sua identidade.

Quando tratamos o gênero a partir da formação das identidades dos sujeitos, vemos que existem inúmeras formas de ver o que é ser masculino e o ser feminino.

Será que uma mulher branca veria o ser feminino da mesma forma que uma mulher negra? Se acrescentássemos classe social e sexualidade dentro desse sujeito mulher, será que não haveria uma nova construção do que é ser feminino a esse sujeito? Sim, haveria uma nova construção do ser feminino neste sujeito, pois os muitos grupos a quem ela pertence influenciariam a sua concepção de um objeto (a concepção de gênero) dando a ela o seu próprio entender do que é feminino.

E é aqui, que um dos maiores conflitos ocorre, no caso a relação de gênero precisará de grande coragem para ser desconstruída, e desconstruir toda uma visão sobre o masculino e feminino, sobre o comportamento adequados a cada sexo, é construir uma ideia que não existe o lugar certo para o feminino e o masculino, existindo muitas formas de masculinidade e feminilidade, as quais se darão em um processo árduo e doloroso.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe *a mulher*, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras). (LOURO, 1997, p. 31-32).

E aqui entramos na relação de poderes, a persistência na argumentação de existência dessa dicotomia homem e mulher, nos leva a renegar que tanto a masculinidade quanto a feminilidade possuem uma diversidade de representações, a persistência a um único sentido nos leva sempre ao embate dominador versus dominado, pois os dois polos nessa dicotomia se contrapõem.

Tendo como base Louro (1997, p. 38), em sua análise sobre o exercício do poder nos remete a seguinte colocação sobre o que seria o poder “[...] o poder deveria ser concebido como

“uma estratégia”; ele não seria portanto um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se apropria.” assim, o exercício do poder seria mais como um jogo que se constituiria de manobras de enfrentamento, negociações, resposta e transformações, algo como um jogo de “bate e rebate”, pois na análise de Louro (1997, p. 39), “o exercício de poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir – pois, caso contrário, o que se verifica, é uma relação de violência.

Outros autores como Machado ((1993, p. XVI) Apud Louro, 1997), analisam essa relação ou exercício do poder como não apenas como algo negativo, mas como algo benéfico, pois da mesma forma que vai reprimir, também irá instigar e incitar o que gerará uma constante necessidade de empenho no jogo, pois para sobreviver e continuar jogando assim como colocado anteriormente é necessário aprender a avançar, recuar, negociar e abrir mão.

Dessa forma são formados padrões sociais e assim construímos o que hoje chamamos de gênero, assim confirmando que a relação/exercício do poder está fundamentalmente relacionada com o gênero, entretanto não apenas ao gênero mais a diversos campos, pois ela perpassa por diversos fatores não tornando o poder algo fixo e um privilégio imutável, mais variável com avanços e recuos.

Nessa perspectiva nosso olhar se dirige para as práticas ou para as relações de poder, que se estabelecem entre diferentes sujeitos sociais e que podem ter, então, múltiplas direções. Não haveria assim um “lugar” privilegiado e fixo de poder, mas múltiplos lugares (LOURO, 1995, p. 119).

E complementa dizendo que:

Lembrando da oposição de poder entre homens e mulheres, Foucault vai mostrar que essa, como outras lutas sociais contemporânea, é uma luta “transversal”, no sentido de que atravessa diferentes sociedades, e uma luta “imediate”, já que aquelas/es nela envolvidas/os lutam contra um poder que está muito próximo, contra um inimigo imediato [...] (LOURO, 1995, p. 122).

A partir então da compreensão de Louro (1997) sobre o que Foucault (2012), chama de Biopoder, poder de controle exercido sobre a população e sobre o corpo da espécie – explicaria os métodos e técnicas exercidos na construção do socialmente aceitável e do lugar certo a cada gênero.

Entretanto devemos nos ater ao que a própria Louro (1997, p. 40), ressalta, quando diz que por mais vejamos essa relação de poder como um jogo, não muda o fato que as mulheres e homens “desviantes do padrão” foram os que mais sofreram e estiveram sujeitos a essas manobras, porém essas manobras não os anula como sujeitos. E mais, Louro (1995), não nega

a violência sofrida dado a relação de poder, mas nos remete as palavras de Foucault a distinguir entre o que é relação de poderes e relação de violência.

Uma relação de violência atua sobre um corpo ou sobre coisas: força, submete, quebra, destrói: fecha a porta a toda a possibilidade, e se tropeça com qualquer outra resistência não tem mais opção do que tentar minimizá-la. Por outro lado, uma relação de poder se articula sobre dois elementos, ambos indispensáveis para ser justamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual esta se exerce) seja totalmente reconhecido e que se mantenha até o final como um sujeito de ação, e que se abra frente à relação de poder; todo um campo de respostas, reações, efeitos e possíveis invenções” (FOUCAULT, 1988, p. 14 apud LOURO 1995, p. 121).

Ou seja, a relação de poder se dará entre pessoas livres, o que nos remete ao que citamos anteriormente, um jogo onde há avanço, recuo e chance de respostas aos os envolvidos, isso caracteriza este jogo que é a relação de poderes.

1.4 Gênero e a sua Influência no Mercado de Trabalho

Dessa forma adentraremos em outro tópico deveras relevante para a discussão da temática deste trabalho que é a discussão de gênero e o mercado de trabalho, como percebe-se em todo momento é improvável discutir gênero sem que entremos mesmo que momentaneamente nas questões do feminismo, uma das grandes questões evidenciada quando falamos sobre gênero e mercado de trabalho é a discrepância salarial entre homens e mulheres.

Guedes (2012) fala sobre o desequilíbrio existente quando pautada nos avanços femininos, quando ressalta o crescente acesso e escolarização das mulheres em contrapartida com os ganhos salariais inferiores das mulheres em comparação aos homens. Outro ponto abordado pela autora é a formatação do mercado de trabalho que se estrutura tendo como centro a figura masculina com total foco ao seu emprego, pois o mesmo contava com a mulher para os trabalhos domésticos, dessa forma a entrada das mesmas no mercado de certo modo não era esperado o que faz com que se crie uma relação de tensão entre ambos.

Além disso leva-se em consideração que este novo perfil de mulher – trabalhadora em empregos formais e fora do lar – ainda relativamente novo, mescle-se com o anterior – mulheres com apenas atribuições domésticas – levando essas trabalhadoras a criarem estratégias de conciliação entre família-trabalho o que muitas vezes fazem com que a mesma opte, não por salários mais altos mais sim por estabilidade que possam conciliar projetos familiares o que faz com que os concursos públicos sejam atraentes.

Entretanto a luta por condições de equidade profissional e salarial tem mudado tendo em vista a construção de um novo perfil de mulher.

Conceitos muito utilizados no passado, como o custo de oportunidade, têm caído em desuso justamente pelo reconhecimento de que o que tem feito o contingente de mulheres a se engajar na força de trabalho não é apenas a capacidade de arca com os custos de sua ausência da esfera doméstica..., mas o imperativo de autonomia financeira e identidade individual. Neste sentido destaca-se uma importante mudança em curso: a construção das mulheres através de uma perspectiva menos englobadas pelo coletivo (a família) e cada vez mais individual. A antiga percepção do trabalho feminino como complementar no provimento das famílias não se sustenta diante de tendência contudentes como o aumento do peso relativo da renda das mulheres dentro das famílias na última década (GUEDES, 2012, p. 75).

Entretanto não nos ateremos a discussão de desigualdade, mas sim na discussão sobre as contribuições e impactos que o gênero terá nas profissões e no mercado, devemos citar que desde muito cedo moldamos nossas crianças com padrões do certo e errado, quanto o caminho a se seguir e por mais que sempre impulsionemos os meninos a áreas profissionais de “maior capacidade” e as meninas ao ambiente doméstico, esquecemos muitas vezes que o gênero atua em duas vias. Assim da mesma forma que os meninos são impulsionados a seguir profissões estereotipadas como masculinas eles estarão sujeitos a serem reprimidos se optam por escolhas que desvirtuam do masculino.

Vale lembrar que mesmo com avanços rumo a equidade de gênero (o que são poucos, mas significativas) desde cedo o garoto é ensinado que é dele a responsabilidade de provedor, que como homem, ele tem que suportar essa responsabilidade sozinho, da mesma forma que a menina será ensinada a ter seus pensamentos e atenção a manutenção e o equilíbrio do ambiente doméstico, bem como a submissão.

Dessa forma é difícil que eles transgridam esses ensinamentos “martelados” desde jovens, pois esses ensinamentos são transmitidos das mais diversas formas, sendo nas brincadeiras, discursos de pessoas próximas, livros didáticos ou paradidáticos, nos mais diversos lugares, como em casa, nas igrejas e em especial a escola, assim

Esse processo de ensino e aprendizagem de como ser menino e menina é definitivamente reforçado pela escola, que pode ser apontada como a grande (re)produtora, como instituição normativa que é, em todos os seus níveis, do sexismo e dos papéis de gênero, do que é socialmente considerado adequado e possível para um homem e para uma mulher, os modos adequados e possíveis de ser, agir, pensar, decidir, enfim, viver (LIMA et al, 2010, p. 36).

Dessa forma o gênero influencia subjetivamente o indivíduo na sua escolha, e concluímos as afirmações das autoras, quando dizem que:

Daí a importância de que os indivíduos sejam esclarecidos a respeito da influência da construção dos papéis de gênero nas escolhas profissionais, colocando-os como mais um fator oculto que precisa ser desvelado. Isso porque a referida construção é internalizada e naturalizada de modo tão bem-sucedido [...] que os indivíduos não conseguem identificar tudo que existiu de influência ao longo de toda a trajetória (LIMA et al., 2010, p. 37).

Essa influência muitas vezes vai se transformar em pressões sobre o caminho a ser seguido, pois transgredir o que é socialmente “correto” para pessoas pode acabar com simples estranheza ou espantos a atos como discriminação, ostracismo.

E assim vemos a consequência da influência do gênero, não apenas nos contextos sociais dos indivíduos mais também no mercado de trabalho onde com os papéis do homem e da mulher “bem definidos” repercutem em manter profissões predominantemente masculinas ou femininas.

2. A MULHER E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Como vimos, ao longo da história a mulher sempre esteve em desvantagens em comparação ao homem, seja na esfera social, educacional ou profissional, ela sempre foi considerada como menos que o homem, percebemos isso pela pouca representatividade histórica que a mulher teve por muitos anos, sempre resignada ao ambiente doméstico e ao cuidado do lar.

Isso se deve as poucas oportunidades oferecidas a elas para que pudessem ser muito mais que mães e donas dos lares? Talvez. Porém é fato que quando tratamos sobre a história das mulheres. Veremos a mesmas restringidas a ambiente domésticos.

O paternalismo fazia com que a mulher restringisse sua atuação à esfera privada de sua casa e sua ação pública se limitavam a participar das atividades da igreja. O impacto dessa restrição levou a mulher a se recolher ao âmbito doméstico, à condição de mera reprodutora, tornando-se apenas um objeto de domínio masculino. (RABELO E MARTINS, 2010, p. 61-68).

Isso não apenas se pautavam nas visões patriarcais, conforme a citação acima, mas essa restrição se pautava também pela visão social sobre a mulher, tida como perversa e tentadora ao qual poderiam desencaminhar o homem do caminho correto, pensamento esse tido com base religiosa sobre a primeira mulher corroborando com o que Almeida (1998), vem a descrever sobre a doutrinação religiosa que durante centenas de anos, restringiu a mulher ao ambiente doméstico.

Dessa forma fazia-se forte a relação de dominância e a relação de poder sobre a mulher, ao qual se relacionava a falta de conhecimento e instrução, desde que a questão educacional para a mulher nunca foi prioridade aos dominantes da época que consideravam haver um possível desequilíbrio das relações caso a instrução fosse relegada a mulher, pois na relação de dominância a desinformação e ignorância intelectual são essenciais como cita Almeida (1998, p. 31), “Manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente do controle e na manutenção do mecanismo de dominação.”

Entretanto mesmo posteriormente a mulher conseguindo acesso à educação, a base curricular entre homens e mulheres era diferenciada, pois tratava-se de uma forma de podar as supostas características femininas tidas como desvirtuastes.

Se pararmos para analisarmos como se deu a educação da mulher no Brasil desde o período colonial veremos uma grande discrepância no ensino.

A situação colonial configurou um verdadeiro “abismo” entre homens e mulheres no que toca à educação: instrução para eles, formação para elas. Essa “formação” previa explicitamente “remédios contra a natureza feminina”, ou seja, proposta para coibir comportamentos ou características consideradas femininas e negativas, como “simulação”, “artifícios”, “ vaidade”, ou “uma curiosidade muito grande”, e, inclusive no que se refere à pouquíssima instrução propriamente dita – aulas de leitura e escrita – prevaleciam normas tendentes a corrigir “defeitos femininos” como prolixidade e a “imaginação errante”. (ROSEMBERG, PIZA, MONTENEGRO, 1990, p. 17).

Vale lembrar que Eagleton (1983), cita que todas as características femininas eram opostas as masculinas e só isso já as caracterizava como negativas, pois eram como homens imperfeitos, mesmo tendo acesso à educação ou mesmo rompendo com o ambiente doméstico, a sua situação era contrária à do homem com muitas limitações e restrições.

Quando exploramos a educação provida as mulheres, fica claro que o foco do mesmo sempre foi direcionar e aumentar a “eficiência” do papel ao qual era destinada como dona de casa e mãe, não passando do ensino destinado ao primário.

Na realidade, o fim último da educação era preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que pudessem desempenhar uma profissão assalariada. A mulher educada dentro das aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente o espaço urbano, diferentemente do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade (ALMEIDA, 1998, p. 19).

Entretanto mesmo essa educação dada as mulheres eram excludentes, pois estava destinada a mulheres brancas da elite, suposição essa pautada nas argumentações trazidas pelas historiadoras e pesquisadoras da história das mulheres citadas no livro de Rosenberg, Piza e Montenegro (1990), que as quais deixam claro que não há muitos dados e registros históricos que falem sobre o contexto educacional dado a essas mulheres ou mesmo a mulheres de outras classes sociais e ou mesmo sobre as escravas.

Todavia não existia, no caso do Brasil, apenas a escola normal como ambientes educacionais de ensino formais para as mulheres, documentos baianos do século XIX analisados por historiadoras mostram que os conventos também estavam presente na educação da mulher, e ao contrário dos estereótipos da imagem e educação provida as freiras, os conventos foram lugares nos quais proveram uma real educação as mulheres dando-as níveis educacionais iguais ou mesmo superiores aos homens. Porém essas mulheres que podiam e comandavam negócios e fortunas das famílias viviam de modo recluso.

Vale salientar que em geral a educação feminina era quase inexistente e mesmo as crescente lutas feministas permitindo as mulheres conquistas de algumas pautas o controle sobre elas ainda continuava forte, essas concessões de direitos vinham com restrições de

controle sobre elas através dos olhos “sócio morais” da sociedade da época, assim como pelas doutrinações religiosas – mais especificamente da igreja católica.

Do princípio até a metade do século, a vida social, as expectativas sobre a conduta feminina, as doutrinações religiosas da igreja católica, as implicações na sexualidade, o controle da feminilidade e as normatizações sociais, aliadas às exigências de casamentos religiosos, batismo dos filhos e a confissão de pecados, significavam uma exacerbada vigilância do corpo e da alma das mulheres (ALMEIDA, 1998, p. 33).

Posteriormente, mesmo as mulheres tendo conseguido o direito de acesso à educação, foi somente com o discurso que essa educação seria em benefício da família, que elas conseguiram adentrar mais longe na escolarização formal.

Para a ordem estabelecida [...] a sua autonomia intelectual representada por uma educação não diferenciada da dos homens, significava uma ruptura com os acordos tacitamente estabelecidos desde outras épocas e poderia promover a desordem social ao alijar do sexo dominado dessa subordinação. Portanto, tornava-se necessário que fosse educada, porém somente se o lar, o marido e os filhos fossem com isso beneficiados. (ALMEIDA, 1998, p. 33).

E pautando-se nesse discurso e nos anseios e os medos providos da sociedade em vista da possibilidade do acesso ao conhecimento “formal” pela mulher, mudasse o discurso renunciando a algumas possibilidades em virtude do primeiro passo rumo igualdade. Este foi “uma faca de dois gumes” utilizada pelas feministas da época.

Conscientes dos receios masculinos e também femininos, de que a mulher educada abandonasse a sagrada missão a ela destinada, enquanto mãe e esposa, e que o excesso de instrução interferisse em sua saúde e capacidades reprodutivas, apressavam-se as pioneiras do feminismo em declarar que a educação feminina só traria benefício para a sociedade. (ALMEIDA, 1998, p. 34).

Dessa forma o primeiro passo de mudanças para as mulheres foi dado, entretanto devemos ressaltar que o direito a profissionalização permitido as mulheres se deram por consequências de vários fatores como abolição da escravatura, a revolução industrial, a industrialização dos centros urbanos entre outros. (RABELO E MARTINS, 2010).

Dentre esse momento de “aceitação” da mulher ao mercado de trabalho, podemos citar como principal profissão de aceitação a mulher o magistério, pois através dele a mulher de certa forma conseguiu uma certa independência, isso dado pelo fato do atrelamento dos discursos positivistas³ da mulher e a relação direta do cuidar e educar crianças pequenas ao ambiente doméstico, pois assim não haveria desordem ou conflito entre os papéis designados as mulheres.

³ Segundo Almeida (1998), as características abnegadas, espirituosas, maternas, bondosas foram os responsáveis por ao mesmo tempo de oferecerem condições as mulheres para dialogar com a sociedade da época por uma abertura a mentalidade, também foram os responsáveis por algemar figura feminina a um papel, dessa forma perpetrando quem elas eram e ao que poderiam ser torna.

Essa educação que a princípio e de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que conhecimento e sabedoria eram desnecessários e prejudiciais à sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria, conforme pregava o discurso eugênico e positivista. Nesse contexto, o magistério de criança configurou-se bastante adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria e tornou-se aceitável, em termos sociais, familiares e pessoais que ela trabalhasse como professora. (ALMEIDA, 1998, p. 33).

Entretanto mesmo essa aceitação não era plena, pois na escola elas continuavam a serem excluídas de ministrarem as disciplinas “mais nobres” continuando a serem atribuídas a disciplinas tidas femininas, como culinária, economia doméstica, trabalhos manuais entre outras.

Segundo Almeida (1998, p. 38), “a mulher realmente obteve maior liberdade sobre ela mesma dentro do período da primeira guerra onde cita que “à eclosão das guerras mundiais que fariam mais pela liberação feminina do que os ditos movimento” onde neste momento histórico a adesão em larga escala da força masculina fez-se necessário que a mulher saísse do ambiente doméstico e adentra-se no ambiente público outrora exclusivo ao homem, sendo essa a oportunidade que necessitavam para realizar mudanças nos hábitos e cultura social dos últimos séculos, assim começando as transformações sociais aos quais almejavam.

Entretanto, por mais que as citações acima deem a impressão de que as guerras possibilitaram essa transformação tranquilamente, é errôneo esse pensamento, mesmo sendo o momento propício de transposição desses ambientes aos olhos da sociedade civil e religiosa a mera suposição da mulher a sua responsabilidade com o lar e o trabalho “divino” que é a reprodução e o cuidado com os filhos foram empecilhos a essa liberdade e autonomia ao qual ansiavam.

Talvez deste ponto é que podemos de fato entrar na questão do magistério, porque em poucas palavras ele poderia atrelar esse ambiente doméstico e cuidado com crianças nessa profissão. Além do mais, como já citado anteriormente, os positivistas tiveram grande influência na questão do acesso da mulher a educação, desde que um dos discursos mais abrangentes a serem utilizados segundo Almeida (1998) sempre foi a qualificação da mulher para uma melhor criação primária dos filhos, ou seja, mesmo em sua “nova liberdade” a família sempre deveria ser o centro e o porquê do acesso da mulher a educação.

Outro ponto a ser considerado quanto a discussão sobre o magistério é que ele atenderia a uma situação de mulheres que não possuíam condições financeiras estáveis, sendo destinadas

a órfãs ou mulheres que precisavam trabalhar para sobreviver, assim o magistério foi uma das profissões que lhes traziam dignidade, além disso devemos salientar a todo momento que para a sociedade essa profissão nada mais era que uma extensão do ambiente doméstico.

Se o casamento fosse difícil de conseguir, precisavam, essas moças, para não serem um peso para a sociedade ou terem de viver da caridade alheia, obter um meio de sobrevivência proporcionado por uma profissão digna, de acordo com o ideal feminino e que não atentasse contra os costumes herdados dos portugueses de manter a mulher no espaço doméstico e no cuidado de crianças. O exercício do magistério representava um prolongamento das funções maternas e instruir e educar crianças era considerado aceitável para as mulheres (ALMEIDA, 1998, p. 61-62).

Em Almeida (1998) vemos que esse discurso sobre o benefício da educação da mulher a família foi muito utilizado para abrir as conquistas das mulheres possibilitando os primeiros passos para ocupação de vários espaços na sociedade.

Entretanto o enfoque não está apenas no processo de emancipação da mulher na história ou mesmo nas lutas para acesso da mesma a educação, a seguir falaremos sobre o processo de feminização do magistério, bem como sobre o seu impacto na profissão docente.

2.1 A Feminização do Magistério

Conforme já abordado nesse estudo, a mulher por muito tempo esteve relegada ao ambiente doméstico, pois o ambiente público outrora era um espaço exclusivo masculino, assim, supomos que a docência seria uma profissão masculina, então por que os mesmos a abandonaram?

Podemos começar supondo que a área nunca teve um real atrativo aos homens, vamos lembrar que desde os seus primórdios a educação mesmo sendo uma área de grande importância sempre sofreu com falta de investimentos e essa poderia ser uma das mais conhecidas justificativas apontadas a saída do homem da área do magistério.

Porém quando pensamos que este seria apenas “um dos” motivos, podemos suscitar ainda mais questionamentos, pois segundo Almeida (1998), a profissão de professor em tese deteria um certo prestígio social, além de alguma visibilidade oferecendo um pouco de influência e poder político, algo deverás importante aos homens daquele período, então o que realmente aconteceu?

De volta a feminização do magistério, podemos narrar que por mais que tenha acontecido de maneira “rápida”, podemos dizer que suas bases já haviam sido fixadas desde o

século XIX com o acesso da mulher a escola normal. Mesmo sua formação diferenciada e voltada ao ambiente doméstico, foi a primeira porta a ser aberta.

E nesta primeira etapa do acesso à escola normal ainda se via uma grande discrepância de acesso a mulher se comparado ao homem, segundo Almeida (1998), Rosemberg, Piza e Montenegro (1990), neste momento em que as mulheres ainda eram tomadas como objetos e os casamentos se baseavam em trocas monetárias, para aquelas mulheres que detinham poucas possibilidades de casamento, para não se tornarem pesos, o magistério era uma saída para terem uma profissão assalariada e digna.

Em nosso país, no final do século XIX e início do século XX ocorreram as primeiras reformas educacionais que resultaram na expansão do ensino público e no crescimento da escolaridade obrigatória que atingiu uma pequena parcela da população, principalmente das capitais das cidades. Esse fato vai possibilitar a abertura de vagas para docentes, ocorrendo o afastamento do homem à docência, e o aumento significativo da contratação das mulheres para ocupar a função de professora.

Para Arce (2001), Almeida (1998) a contratação das mulheres para as vagas de professores foi o simples fato delas serem mulheres, pois maternidade, domesticidade e zelo eram características aos quais se atribuíam ao magistério, sendo a figura feminina o ser perfeito para assumir a missão de educar crianças, fora que também havia a questão de elas conseguirem manter o poder que possuíam no espaço doméstico em vista que poderiam conciliar estes dois ambientes, família e escola.

Não que toda mulher houvesse ou almejava o casamento, entretanto a profissão de professora poderia dar a mulher uma certa liberdade sem entrar em conflito com a visão do papel da mulher neste período.

O magistério primário trazia em si esses dois determinantes: dava espaço para a inserção no mundo público e no trabalho assalariado e, como mulheres não precisavam renunciar ao poder da reprodução da espécie que por sua vez, só era viável socialmente com o sacramento do matrimônio. Dessa forma, viabilizavam um cruzamento entre o público e o privado [...] nesse plano simbólico, talvez possa ter uma grande popularidade do magistério entre as mulheres e, no plano objetivo, sua condição representada pela única opção possível para elas dentro do contexto social do período. A aceitação dos atributos de vocação e a missão sagrada tinham sua justificativa e essa imagética revestia-se de concretude na vida dessas mulheres, pois a incorporação de atributos maternos à profissão servia, assim, ao poder oficial, à profissão em si e as próprias mulheres que se viam duplamente beneficiadas, podendo ser mães e professoras com aceitação e autorização social e sob as bênçãos da religião católica. (ALMEIDA, 1998, p. 69).

Dessa forma o magistério poderia ser considerado como a única opção e válvula de escape a situação de dominação que as mesmas eram submetidas, além disso, o magistério poderia dar uma profissão como maior prestígio do que aquelas já tidas como femininas como costureiras, governantas e etc.

Sim, o fato de deter algum prestígio social também contribuiu bastante para a entrada da mulher neste mercado, pois nela via-se a possibilidade de igualdade com os homens dentro da sociedade, mas isso somente no caso daquelas que não tinham problemas de provisões a sobrevivência o que era raro, pois segundo Almeida (1998), o que realmente levou ao grande número de mulheres ao magistério foi mesmo a necessidade de sobrevivência.

É claro que a possibilidade de levar o magistério como profissão também proveu benefícios, porque possibilitou ela ter maior liberdade de ir e vir, ter uma maior visibilidade dela como uma pessoa, além de romper com restrição do acesso ao conhecimento além dos deveres doméstico, e assim como Almeida (1998, p. 72), afirmar que “o magistério significou uma ruptura com esse estado de coisa ao permitir que a professora vivesse com dignidade sem submeter-se às imposições sociais.” Ou seja, não mais um objeto de valia de trocar, porém agora um ser humano.

Todavia, não podemos dizer que esse processo de feminização tenha ocorrido facilmente e que os homens acharam melhores oportunidades de trabalho, então a profissão ficou aberta e acabou caindo para as mulheres” não, não foi isso. O processo foi difícil, onde precisou haver toda uma articulação de resistência contra o segmento conservador, assim como as opiniões contrárias a essa liberdade enfocadas pela religião.

Entretanto o magistério foi a porta aberta e aceita pela sociedade que permitiu as mulheres avançarem passo a passo as etapas da educação até as universidades e, estando “abençoadas” pela sociedade e por essa profissão não conflitar entres a família e o trabalho, o magistério permitiu que aos poucos as mulheres fossem vistas e ouvidas e que suas lutas fossem consideradas, rumando em direção ao momento em enfim poderiam ter mais independência, liberdade e menos opressão.

As mudanças sociais que a industrialização e a urbanização crescente estavam favorecendo, a emergência do movimento feminista e suas reivindicações por direitos políticos, educacionais e profissionais levaram as mulheres a vislumbrar no magistério um espaço profissional que se adequasse ao que delas se esperavam em termos sociais e àquilo de que realmente precisavam para ir ao encontro de um futuro com mais independência e menos pressão (ALMEIDA, 1998, p. 74).

E assim para a autora, o magistério pode ser considerado como a oportunidade ao qual se poderia expandir a luta, mesmo que em troca tivessem que carregar e manter o discurso positivista que lhes oferecia uma faca de dois gumes, o qual as possibilitou futuras conquistas a partir da abertura ocorrida pelo magistério.

O magistério primário representou o ponto de partida e o que foi o momento histórico vivido. E foi *paixão*, no sentido do *desejo*, do *esforço*, de *aproveitar a oportunidade* e conseguir uma inserção no espaço público e no mundo do trabalho. Após isso, alguns direitos posteriores podem ser associados à conquista do magistério pelas mulheres, como a educação feminina, a coeducação, uma certa independência econômica e pessoal, o voto, a licença maternidade e outros. (ALMEIDA, 1998, p. 75).

2.2 Feminização do Magistério Igual a Desvalorização da Docência?

De fato, a feminização do magistério trouxe a mulher ao espaço público ao qual ela almejava, entretanto dentro do processo de feminização existe um questionamento que embora já tenha sido discutido merece ter um pouco de atenção neste trabalho que é “a feminização do magistério foi o causador da desvalorização do trabalho docente?” creio que poderia responder com um “Não!” uma resposta simples mais incisiva, entretanto teve sim um certo impacto nesse processo.

Quando lembramos como se deu todo o processo educacional vemos que por mais importante que fosse a educação nunca de fato foi valorizado em especial a educação infantil Arce (2001), em seu artigo “documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil” buscou investigar quais elos fundamentaram a construção do mito da mulher como educadora nata, assim como as mazelas do estado em aproveitar esse mito para economizar nas despesas com educação.

Logo a priori Arce (2001), traz uma breve respectiva histórica através da leitura sobre os pioneiros da educação como Rousseau, Montessori e Froebel e logo constata a relação direta da reprodução como fator principal ao designo desse mito culminando nas citações de Almeida (1998) que enfatiza o discurso positivista sobre o papel divino que a mulher estaria responsável por desempenhar como principal ponto de apoio ao acesso dela no mercado de trabalho pelo magistério.

Vemos através de Arce (2001), Martins e Rabelo (2010), Araujo e Hammes (2012) e Monteiro e Altmann (2014), a relação com o ambiente doméstico foi um dos maiores influenciadores na alta demanda pela participação feminina no magistério durante a expansão do ensino, além de que os salários oferecidos às mulheres em detrimento da sua vocação/dom

natural eram baixos o que cominava em gastos menores para o governo, pois os homens não aceitariam esses salários, assim como também havia a justificativa que esse salário dado as mulheres era algo apenas complementar e não a renda principal da família o qual era provido por homens.

Outro ponto a ser levando por Arce (2001), é sobre o que poderíamos chamar de desprezo a formação, pois através do discurso do mito o estado aproveita-se do mesmo para economizar nos investimentos na educação.

Trabalho voluntário será a tônica dos discursos direcionados ao profissional que deverá atuar com crianças menores de seis anos, terminando, desse modo, por caracterizar a sua não-profissionalização. Nesse ponto o mito da mãe/mulher educadora nata é posto a serviço do interesse público e econômico governamentais. As décadas de 70 e 80 são marcadas por uma grande demanda e por lutas em prol da expansão da educação pública a crianças menores de seis anos. A ausência por parte do MEC, de uma definição sobre percentual a ser gasto com esse tipo de educação, bem como sobre a atribuição da responsabilidade, abriu espaço para que a expansão dessa modalidade educacional fosse realizada da forma mais barata possível. Uma das estratégias para diminuir custos veio a ser justamente a utilização do trabalho voluntários de mães, que foi respaldado pelo mito[...] (ARCE, 2001, p. 176-177).

Não é apenas o desprezo pela formação, mas lucro advindo do mito, pois por meios oficiais o Estado estimulava a utilização desse mito, a exemplo Arce (2001), expõem documentos oficiais como “textos sobre educação pré-escolar (1981)”, e “atendimento pré-escolar (1977)”, onde os mesmos também enfocam na participação voluntária da mãe como professora no ambiente escolar, fato esse Martins e Rabelo (2010), corroboram dizendo que:

[...] houve também um objetivo político na ampliação e participação feminina no magistério: as mulheres ganhavam menos, e, para que se pudesse expandir o ensino a todos, era necessário que o governo gastasse menos com os professores [...] então era necessário que a mulher assumisse esse posto, não pelo salário, mas por sua suposta “vocação” natural para essa profissão. (RABELO E MARTINS, 2010, p. 61-71).

Assim podemos analisar o processo de feminização do magistério, e o curioso disso, é que os mesmos documentos que motivam a voluntariedade as mães recomendam a existência da figura masculina no ambiente escolar em qualquer outra função, menos na função docente.

3. MASCULINIDADE, GÊNERO E DOCÊNCIA

O debate iniciado pelo feminismo em relação as discussões de gênero permitiram que pudéssemos analisar mais profundamente várias situações referente a masculinidade e feminilidade, assim ele trouxe visibilidade as muitas questões que outrora eram reprimidas por uma sociedade conservadora.

Entretanto assim como os debates sobre gênero ajudou os questionamentos e a procura de repostas sobre os papeis sociais adequados a homens e mulheres a ganharem mais visibilidade perante a sociedade, ele também possibilitou o começo de uma mudança a figura padrão masculina, pois agora segundo Nolasco (1993, p.17), questiona-se “as razões que os fizeram adotar um padrão de comportamento a que obedecem cegamente.”, assim a masculinidade começou a passar por um processo de desconstrução e reconstrução.

Falar sobre a masculinidade é algo necessário para compreender quem é o homem de hoje, se discutimos as relações de gênero veremos afirmações que não existe um único tipo de masculinidade, assim como não existe um único tipo de feminilidade, entretanto, por que discutir sobre a masculinidade em geral acaba gerando tanto “barulho” em torno de um tema tabu?

Se formos analisar desde o nascimento de uma criança, podemos perceber que existe uma relação mais igualitária ao tratamento recebido por bebês de ambos os sexos desde que ainda não houve uma iniciação dos mesmos aos seus respectivos papeis sociais. Segundo Muszkat (2018, p. 26), aqueles que iniciaram essas novas vidas (os bebês) aos seus respectivos papeis serão “figurais parentais – quando não especificamente as mães –” que possuem vínculos com os mesmo, dessa forma dando sentido as experiências vividas pelos bebês.

Dessa forma, expressões como “menino não chora” ou “menina não pode sentar de perna aberta” aos poucos serão dotadas dos pesos culturais sobre o que se pode ou não fazer, moldando este novo ser humano nas regras sociais como cita Muszkat (2018), “assim, meio que de mansinho, vamos sendo moldados pelas expectativas culturais que os papais e mães aprovam, encaixando-nos como podemos nos papeis sociais que nos foram destinados” (p. 26).

Nesse início a relação mãe-filho é vista como essencial ao desenvolvimento, para a autora mesmo sabendo a importância dessa relação o sistema não impede o rompimento, pois, considera-se o desenvolvimento da independência da criança, bem como o processo de masculinização mais importante.

[...] recomenda-se que a dita “marinada” seja mais curta para a dupla mãe-menino, a fim de garantir uma emancipação que, por ser precoce, garantirá a masculinização de seu caráter. [...] E mais: para que o menino se insira no grupo hegemônico dos homens adultos e sejam reconhecidos como seus membros efetivos, a regra não impõe apenas a interrupção da “marinada” como estado de entrega ao acolhimento materno. Ela ainda estimula o repúdio a tudo que diga respeito ao seu mundo. Esse afastamento do universo feminino não deve ser apenas transitório, mas definitivo. (MUSZKAT, 2018, p. 29).

Esse processo de separação para Muszkat (2018), seria em nossa sociedade civilizada o primeiro “ritual de passagem” do menino, um ritual não físico, mas psicológico onde haverá o rompimento das relações com a mãe, é o momento em que o menino é obrigado a se aproximar do pai para que o mesmo lhe ensine sobre a masculinidade e o que é ser homem, e aqui se inicia a doutrinação masculina ao patriarcado.

Para Nolasco (1993, p. 30), quando falamos sobre masculinidade a vemos como “a efigie de um deus ou de um herói que segue o caminho desenhado por este deus.”, pois o menino é ensinado a partir dos privilégios que o sistema apresenta ao homem de forma que eles cresçam sem identificar até o momento da entrada na idade adulta, assim, o menino crescerá sem o medo de se arriscar.

Entretanto Nolasco (1993, p. 28), ainda argumenta que essa forma de criação gera no menino e posteriormente no homem uma grande expectativa sobre ele através dos que lhe rodeiam, pois o mesmo a todo custo tentará cumprir como essa mesma expectativa “[...] percebemos que as tensões vividas por eles decorrem de uma tentativa de se alinharem a uma expectativa de desempenho social com o qual não se adequam nem suas limitações nem seus desejos.”.

Uma grande verdade muitas vezes esquecida nos estudos de gênero, onde adentramos tão profundamente na ideia do homem dominador e da mulher subjugada que esquecemos que a relação de gênero trabalha em duas vias, não podemos negar que o homem é privilegiado perante o sistema patriarcal e que a luta feminista vem em defender a mulher nas questões de direito e igualdade, bem como na visibilidade dela como um sujeito participante da história, assim como na denúncia da sua subordinação e muitas vezes subjugação ao homem.

O feminismo em suas origens apresenta o homem como opressor da mulher, fundindo-o ao patriarcado, como se homem e patriarcado fossem sinônimos. [...] Igualar o que está acontecendo aos homens com o que ocorreu com as mulheres é um engano, assim como é problemático “representar as mulheres como virtuosas e os homens como fundamentalmente maus”. (NOLASCO, 1993, p. 23-24).

Dessa forma questionamos se é apenas de privilégios que vive o homem? Quando levantamos essas questões, logo nos direcionamos aos discursos sobre dominação e submissão

ao qual já abordamos no primeiro capítulo deste trabalho, e dessa forma relembramos que voltamos ao jogo da relação de poder⁴ ao qual os dois estão constantemente atrelados, mas ressaltamos que mesmo entre aqueles do mesmo gênero sempre haverá um dominando e outro submetendo-se, pois essa é a dinâmica do jogo de poder. Existe uma oportunidade de trocas e negociações, caso não haja isso apenas se caracterizará como violência, e houve sim muita violência, tanto para as mulheres como para os homens desvirtuantes, e é aqui que queremos chegar.

Quando questionamos se é apenas de privilégios que vive o homem, queremos levar a reflexão que o homem também é cobrado à sua maneira pelo sistema, neste trabalho já enfatizamos que existe uma expectativa sobre o homem, essa expectativa não apenas recai sobre como ele vai viver, e quanto sucesso seu futuro terá, porém ele também se baseia em como ele se porta perante a sociedade, quão digno, honrado e responsável ele é.

Além disso devemos ressaltar outro ponto que muitas vezes se faz necessário, a afirmação da própria masculinidade, podemos achar esquisito dizer que o homem tende a provar sua masculinidade a todo o momento, mas é constante que pelo menos algumas vezes por semana ouvimos questionamentos como “Você não é homem? Por que não fez isso?”, “Tu não és homem? Por que dispensou a garota?” ou mesmo ouvimos expressões como “Seja homem!”, “Vira macho!”

São esses tipos de indagações e expressões que põem em evidenciar a masculinidade, pois ainda existem um padrão de masculinidade a ser seguido como exemplo, expressões como essas, nunca ou quase nunca serão levantadas a mulheres, ao contrário, ouviremos expressões que reforçam estereótipos femininos como “você é um princesa/menina, não pode fazer isso”, “você já é uma mulher e ainda não sabe cozinhar”.

[...] agimos como se a feminilidade fosse natural, portanto, inelutável, enquanto a masculinidade tem que ser conquistada, e a alto preço. O próprio homem e aqueles que o cercam tem tão pouca confiança na sua identidade sexual que lhe exigem provas de sua virilidade. “Prove que você é homem” é o desafio que o ser masculino enfrenta permanentemente. (BADINTER, 1993, p. 4).

Vianna (2001) corrobora quando cita que em prol de manter uma imagem e arcar com as responsabilidades, o homem acaba por tomar tudo para si resultando numa angústia e muitas vezes essa angústia masculina é de fato preocupante, desde que o ideal de masculinidade não

⁴ Verificar o primeiro capítulo, página 19 sobre a relação de poder no gênero

permitted the sharing of responsibilities, it is: only for the man is the duty and the responsibility of facing all the economic and social concerns of the family.

It is worth highlighting that since the average age or even earlier the ideal masculine figure of the societies called "civilized" was constructed based on the image of the warrior, the hunter, since subsistence was the top priority, at times reaching to be the only objective of the man, leaving no room for questioning about himself, as Rabelo and Martins (2010), cite when they talk about reflection and memories, saying that:

[...], mas o homem não tenta também registrar suas lembranças? Sim, mas no decorrer da história os registros masculinos eram feitos muito mais para marcar as datas de guerras, acontecimentos, descobertas, do que para falar de seus prazeres e angústias. Isso pôde ter acontecido porque a memória está atrelada às vivências de cada indivíduo e os homens, no passado, estavam muito mais direcionados para seus trabalhos do que para uma autoanálise ou reflexão de sua vida sentimental. (RABELO E MARTINS, 2010, p. 61-69).

From this, once again we return to the affirmation that refers to the fact that masculinity was a concept constructed culturally, since if we can discuss about the same today, we can deny the biological hereditary aspects about a definition of masculinity and it is this aspect that many deny to understand that we do not deny anatomy when we discuss gender and since the concepts themselves that are masculinity and femininity.

Besides this, we can suppose that with the visibility of the discussions about gender and the influence that it has had on the concepts of masculine and feminine we see that changes little by little begin to occur and that the concept of masculinity constructed based on the warrior little by little has been altered and this is proven by the fact that they begin to accept the diversity of masculinities that can exist.

In this way the affirmations of Rabelo and Martins (2010), about the lack of self-analysis of the man in previous centuries do not occur anymore. Nolasco (1993, p. 18), corroborates when he affirms that "the men interested in rethinking their form of attachment to life begin to evaluate the "price they pay" to maintain their manhood, and they ask themselves if it is worth sustaining it."

Perhaps it is here that a new problem begins, since this self-reflection of the man has as a consequence the emergence of questions like "what is a man today?", "what is his function and his new role in the new society?" the figure of the warrior to which he served as a base for the construction of the concept of masculinity begins to be seen as antiquated as the new and diverse forms of masculinity that today we see born in this new contemporary society.

Assim estes novos questionamentos gerarão um novo tipo de sofrimento ao homem, pois a construção de novos conceitos e novas imagens para definir a masculinidade é uma etapa angustiante de indagações sobre a diversidade de conceitos que podem vir a existir nessa nova fase em que o homem começa a vislumbrar para si.

Entretanto devemos lembrar que a partir desse processo de reflexão e construção da nova imagem ao homem, a partir disso surgem comparações entre passado, presente e futuro, as questões sobre a masculinidade repercutem em “o que fui, o que sou e o que serei”, Nolasco (1993) sobre isso traz as diferentes perspectivas entre as gerações o avô, o pai e o filho.

Nesse ponto voltamos a refletir as palavras de Rabelo e Martins (2010), sobre a autorreflexão do homem, pois Nolasco (1993), analisa que os conflitos aos quais hoje nos sujeitamos em refletir sobre nosso eu e o preço que pagamos pela nossa supremacia no sistema patriarcal não se aplicam as gerações anteriores, pois essa angústia de procurar a resposta a essa questão se via como algo externo a eles, como se não tivesse nada a ver com eles, e caso contrário eles não poderiam ser considerados.

Os conflitos para nossos pais e avôs sequer eram identificados como inerentes as condições humanas. [...] Caso exista uma causa interna que justifique sua existência, os indivíduos são considerados pessoas “problemáticas” e “fracas”. Esta visão só reforça o distanciamento e a incapacidade dos homens de se envolverem e se apaixonarem pela vida, já que para a paixão ou o amor a objetividade escapa. E a vida, como sabemos é conflito. (NOLASCO, 1993, p. 38-39).

Talvez aqui esteja a base para uma das maiores dificuldades enfrentadas pela área da saúde quando relacionados aos cuidados a saúde mental, pois permanece um forte pensamento de que o cuidado a mente seja apenas uma “frescura” daqueles que seriam fracos, problemáticos e influenciáveis.

Voltando a discussão sobre masculinidade e relação de gênero, as vezes esses mesmos discursos podem servir para encobrir alguns pensamentos que retrocedem todo um avanço, aqui julgo necessário citar uma polêmica na regravação/reanimação do anime clássico Saint Seiya ou mais conhecido no Brasil como Cavaleiros do Zodíaco.

A história como um bom clichê narra as aventuras de cinco meninos que lutam para proteger a deusa Atena e o planeta terra da invasão dos outros deuses, entre esses garotos encontra-se Shun, cavaleiro da constelação de Andromeda, ao qual atribui-se uma masculinidade desviante, manso, sereno, humilde, gentil e possuidor de muitas das características tidas como femininas, animação japonesa original dos anos de 1980 o

personagem sofreu muitas críticas e foi caracterizado como um personagem homossexual pelo desvio de masculinidade da figura de guerreiro ao qual os outros personagens principais já ofereciam.

Mesmo sem a intenção o personagem pode ser tido como uma das primeiras representações midiáticas voltados ao público infantil a ser uma referência a diversidade de masculinidades, entretanto o que poderia ter sido reforçado foi destruído no momento em que os roteiristas da empresa *Netflix* optaram por mudar o sexo do personagem com discursos de representatividade feminina.

Questionamos se não haveria melhor maneira de expressar essa representação? Era mesmo necessário destruir um personagem que por si só já trazia a representação de uma diversidade minoritária? Talvez o fato que ocorra seja que atitudes como essa com discursos dúbios de boas intenções sejam tentativas de retroceder ou mesmo retardar os avanços que temos obtidos nos poucos debates sobre a masculinidade.

Os estereótipos do macho exclui estas diferenças dinâmicas subjetivas, fazendo crer ao indivíduo que um homem se faz sobre sucessivos absolutos: nunca chorar; tem que ser o melhor; competir sempre; ser forte; jamais se envolver afetivamente e nunca renunciar. É a este último modelo que os homens estão procurando renunciar. (NOLASCO, 1993, p. 40).

Muszkat (2018) corrobora quando nos remete a análise sobre o errôneo pensamento que o desenvolvimento de um novo entendimento sobre masculinidade possa substituir rapidamente o antigo que se mantém a séculos, o desenvolvimento para compreensão das novas masculinidades, as angústias e conflitos desse processo fazem parte e são inevitáveis sendo necessário atenção nos caminhos a serem trilhados para essa nova etapa.

3.1 O Homem e à Docência

Se todo o conceito e discussão sobre a masculinidade se deu a partir das mudanças, essas mesmas mudanças deram oportunidade para a entrada do homem ou da mulher onde antes não era permitido, o campo educacional como já citado é uma área onde encontramos uma ampla participação feminina, tendo em vista que foi o campo profissional que possibilitou uma certa liberdade e autonomia a mulher.

Entretanto mesmo essa liberdade veio com muitas lutas e dubiedades que contribuíram para o processo que chamamos de “feminização do magistério” acontecesse no campo educacional, todavia os rápidos avanços tecnológicos, quanto as mudanças socioculturais

permitiram que aos poucos os homens também adentrassem nesta área, mais a entrada dos mesmo aqui não se daria apenas nos cargos administrativos.

Aos poucos os homens começaram a adentrar as salas de aula como docentes, entretanto as discussões sobre tal fenômeno foi deixado de lado devido ao grande enfoque dos estudos de gênero nas questões referente a mulher como cita Carvalho (1998, p. 409-410), “pesquisas sobre os homens são relativamente recentes no interior dos estudos de gênero, mais tradicionalmente envolvidos em revelar a história não contada das mulheres e dar voz e vez a elas.”

Devemos lembrar que os estudos de gênero nascem a partir do feminismo o que com certeza traz notoriedade a elas, entretanto as dimensões nos estudos de gênero começaram a se expandir e o homem também começou a fazer parte dos estudos de gênero, não mais como apenas mais como um agressor (apesar de ter estudos os quais estigmatizam o homem a apenas isso) mas como um sujeito que também está abaixo dos jugos dos padrões do socialmente correto

Fala da do homem como docente até o ano de 2000 era um muito difícil, pois não havia realmente pesquisas de dimensões nacionais para avaliar de forma quantitativo esse sujeito que começava a fazer parte do ambiente educacional não mais como apenas gestores, mas também como docentes regentes de sala de aula. Alguns pesquisadores como Carvalho (1998), já traziam algo específico desse profissional, outras como Louro (1995), Almeida (1998) citavam os mesmo de forma breve em seus trabalhos de estudos referente a mulher e ao gênero.

Uma das primeiras pesquisas a trazer e divulgas as estatísticas docente com a variável sexo a dimensões nacionais foi o Censo Escolar⁵ do ano de 2007, agora processado pelo sistema web Educa Censo naquele ano, isso possibilitou trazer e relacionar sexo como também raça.

Para registrar os dados do professor no Censo Escolar, tomou-se por base a identificação (ID) de cada docente, código gerado pelo próprio Sistema. Desta forma, é possível, com o ID do professor, guardar o sigilo da identidade da pessoa, gerar o perfil da categoria (variáveis de sexo, idade, raça / cor, nacionalidade e escolaridade) e relacioná-lo às demais variáveis coletadas, por exemplo, disciplinas ministradas, quantidade e tipo de escolas em que trabalha, número de turnos e de turmas, número de alunos etc. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA, 2009, p. 6).

Este censo do ano de 2007 apresentou o valor de 240.543 professores docentes no nível pré-escolar do qual apenas 9.447 são homens um valor correspondente de 3,92%, todavia esses

⁵ Censo escolar é o maior instrumento de coleta de dados educacionais a nível nacional, coordenado pelo Inep e alimentado pelas secretárias estaduais e municipais de educação com a participação tanto da rede pública de educação como também da rede privada.

números só nos levam a questionar mais sobre o porquê dá tão pouca participação do homem nesta área.

Tendo como base a construção deste trabalho supomos que podemos elencar alguns pontos que podem nos direcionar a uma resposta a essa pergunta.

O primeiro ponto que devemos lembrar foi a relação da docência na etapa da pré-escola está fortemente relacionado ao ambiente doméstico e feminilidade, muitas autoras em suas análises ao processo de feminização bem como o desenvolvimento da área educacional brasileira fazem alusão a essa justificativa ao ponto de tomamos essa afirmação como uma das respostas principais da não participação efetiva do homem nessa profissão, entretanto Carvalho (1998) vai mais além desse pressuposto quando afirma que a forma de compreender a educação, bem como o ambiente impacta na maneira em que o homem será visto como professor do nível da pré-escola quando cita que:

[...] a feminização atribuída à ocupação de educador infantil, indicada através do grau de aceitação ou não de homens como educadores, estaria associada à concepção de educação e à estruturação da proposta pedagógica de cada tipo de instituição: quanto mais doméstico a concepção de educação, mais difícil a aceitação de homens e mais associadas a características femininas a ocupação; quanto mais profissional a proposta, mais articulada enquanto projeto pedagógico, menos feminilizada a ocupação e maior a presença de homens como educadores. (CARVALHO, 1998, p. 412).

O segundo ponto a ser considerado aqui é a afirmação da masculinidade dos professores, tanto Badinter (1993), quanto Carvalho (1998), citam a necessidade constante do homem reafirmar sua masculinidade, entretanto Carvalho (1998), vai mais adiante quando ressalta essa circunstância mais fortemente naqueles que estão em profissões estereotipadas na figura ideal do sexo oposto falando que,

[...] por terem sua masculinidade menos fortemente marcada através de símbolo como sucesso numa carreira competitiva, muitos homens que trabalham em ocupações tidas como femininas se esforçam muito para diferenciar-se e manter a sua superioridade sobre as mulheres, reforçando traços e comportamentos considerados como masculino de um modelo social idealizado (CARVALHO, 1998, p. 414).

Monteiro e Altmann (2014), corroboram com a afirmação de carvalho ao construir uma ideia do que se espera ao ver homens no espaço escolar da educação infantil, espera-se qualquer função, menos a de professor, vemos isso quando as autoras afirmam que:

A ocupação do cargo de professor na educação infantil foi também alvo dos questionamentos pelo fato de homens professores terem ingressados em uma carreira considerada feminina [...] O esperado é que os homens que optem por carreiras consideradas femininas ocupem funções de gestão escolar e não de professor (MONTEIRO E ALTMANN, 2014, p. 735).

Nesse contexto de idealização da imagem masculina com base no trabalho vemos que a saída dos perfis técnico e racionais, e o que Carvalho (1998), chama de “ética de provedor” torna a área educacional pouco atrativa ao homem quando ele tem que manter a sua “imagem” ao qual seria afetada caso não consiga manter com seu salário sua própria família.

O terceiro ponto a ser tratado é o que poderíamos considerar o mais sensível a ser abordado é a suspeita a figura do homem no espaço com crianças pequenas, existe toda uma imagem sobre homem e a masculinidade sobre a suas “características” de violência e falta de controle aos desejos, e os constantes casos sobre pedofilia e abuso de menores noticiados pela mídia ajudou a construir um receio a presença do homem no ambiente escolar da educação infantil.

Pode-se observar que a maior dificuldade é social, pois esse preconceito traz consigo marcas culturais da maternagem. O preconceito ainda é grande em relação aos homens que se dedicam ao trabalho com crianças pequenas. Além de, enfrentarem o fato de que cuidar de crianças seja função específica da mulher, na maioria das vezes, ainda tem colocado sob suspeita a sua orientação sexual ou sofrem com represálias por parte de alguns pais, receosos de que filhos, em especial meninas, sofram algum tipo de abuso. (ARAUJO E HAMMES, 2012, p. 8).

Esse receio a atuação do professor muitas vezes pode gerar uma determinada consequência como Monteiro e Altmann (2014), trazem que “diante de noções hegemônicas de masculinidade, o sujeito cujas práticas sociais se distanciaram do padrão esperado foi transformado em transgressor à norma, exigindo-se dele uma constante justificativa perante suas ações” (p. 734).

Araujo e Hammes (2012, p. 16), discutem um pouco mais além da desconfiança a figura masculina, tratam diretamente do preconceito a atuação do homem nessa etapa da educação infantil e fazem alusões não apenas a isso, como também ao medo e receio quanto aos cuidados desprendidos pelo pai a um filho, isso fica evidenciado quando os autores elencam a fala de um dos entrevistados citando que “creche não é lugar de homem, sei lá, mas é estranho, nem meu marido dá banho nas minhas crianças”.

Talvez não tenha sido a intenção da entrevistada desmerecer, entretanto frases como essa expostas por uma mãe e reproduzidas a análise pelos autores venham a reforçar a dicotomia que ainda perdura, isso considerando as afirmações de Nolasco (1993, p. 154), “Em outras palavras, reforçar a imagem da mãe grandiosa e acolhedora e reforça a de um pai eminentemente autoritário e castrador, com o qual não se consegue dialogar.”

Entretanto o fato é que, o homem permanece estigmatizado a padrões de masculinidade aos quais tenta aos poucos se desvincular e a imagem cultura do perfil ideal de quem deve estar no ambiente da escola da educação infantil vem a desmerecer os profissionais que se preparam para estarem ali.

Ao se afirmar que o aluno da educação infantil receberá um cuidado melhor de uma mulher, por possui o instinto materno, do que o homem, desconsidera-se a formação profissional pelo qual o individual do sexo masculino passou até chegar a uma instituição de educação infantil (ARAÚJO E HAMMES, 2012, p. 17).

E por mais que os autores enfatizem homem na sua afirmação, essa imagem estigmatizada do profissional que atua na educação infantil também desconsidera a mulher como profissional, pois desconsidera a sua profissionalização e o seu conhecimento em via de considerar apenas a sua característica biológica de conceber uma nova vida.

4. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Creio que este capítulo, foi deverás o mais difícil de escrever, pois houveram bastantes modificações nos métodos a serem abordados no desenvolvimento da pesquisa, pois o assunto a ser tratado aqui, já vinha de experiências outrora ocorridas antes do ingresso na universidade.

4.1 Situação

Devemos primeiro citar que antes do início da pesquisa nos deparamos com uma interferência externa, uma crise de saúde em que a Organização Mundial da Saúde – OMS, declarou Pandemia, visto a crescente transmissão do vírus SARS-Cov-2 (Coronavírus), causador da Covid-19.

O impacto dessa interferência na pesquisa foi grande, pois estávamos no processo de leitura das referências bibliográficas para o desenvolvimento dos capítulos teóricos, além disso já havíamos construído todo o roteiro de pesquisa o que tivemos que refazer em consequência da referida crise sanitária, pois em virtude de prevenção a esta foi declarado a necessidade do isolamento social o que resultou na paralização dos atendimentos presenciais da maioria dos serviços públicos, como fóruns, universidades e escolas.

Como as escolas seriam nossos lócus de pesquisa, tivemos que nos propor a construir novos roteiros e pensar em novos formatos de procedimentos para a coleta dos dados, sem que perdêssemos a qualidade do que objetivávamos desde o início.

4.2 A pesquisa

Como já havíamos citados na introdução deste trabalho, a pesquisa teve origem a partir do acampamento de experiências pessoais de terceiros – cuja experiência em si não partiu do ambiente escolar – bem como de uma situação que ocorreu durante o desenvolvimento do estágio obrigatório na educação infantil, componente curricular do nosso curso de pedagogia.

O fato ocorrido no estágio nos fez questionar se haveria algum tipo de discriminação a figura masculina quanto a sua atuação com crianças pequenas em especial na educação infantil, e assim nos despertando mais ainda por estudar essa área dos estudos de gênero, todavia uma temática em bastante evidência na atualidade.

Esses acontecimentos nos levaram a questionar e a tentar compreender: o que é gênero? Qual seria a visão social do masculino e feminino? Quais os impactos do gênero na escolha do caminho profissional? Como as profissões seriam influenciadas pelo gênero?

Essas e muitas outras questões surgiram a partir do questionamento inicial sobre se haveria uma suposta discriminação a atuação masculina na área educacional.

Ao continuarmos o desenvolvimento desse estudo, percebemos que talvez, pela fato ocorrido no estágio de educação infantil tomamos como certos, determinados pontos na pesquisa, o que nos levou a repensar alguns assuntos e nos policiar a manter-nos o mais “longe” possível, pois a pesquisa estava interligada de forma pessoal e poderia ocorrer de trazermos em sua construção crenças ideológicas pessoais, dessa forma comprometendo os resultados da pesquisa aqui apresentada, o que corrobora com as afirmações de Gil (2008) que diz:

Frente a fatos sociais, o pesquisador não é capaz de ser absolutamente objetivo. Ele tem suas preferências, inclinações, interesses particulares, caprichos, preconceitos, interessa-se por eles e os avalia com base de valores pessoais. Diferentemente do pesquisador que atua no mundo das coisas físicas – que não se encontra naturalmente envolvido com o objeto de seu estudo –, o cientista social ao tratar de fatos como criminalidade, discriminação social ou evasão escolar, está tratando de uma realidade que pode não lhe ser estranha [...] E é com base nessa pré-concepções que irá abordar o objeto de seu estudo. É pouco provável, portanto, que ele seja capaz de tratá-lo com absoluta neutralidade. Na verdade, nas ciências sociais, o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator envolvido no fenômeno. (GIL, 2008, p. 5).

E como autor nesse processo de construção da pesquisa, observamos a dificuldade em manter a neutralidade, podendo apenas tentar minimizar ao máximo nossas preferências pessoais e valores ideológicos de forma que possamos desenvolver uma resposta com maior segurança e veracidade aos fatos aqui analisados.

4.3 Características da Pesquisa

A primeira análise deste trabalho o caracterizamos como um trabalho indutivo desde que parte um fato isolado ao qual buscamos a partir dele uma verdade universal estando assim alinhados aos pensamentos de Severino (2016, p.93-94), Marconi e Lakatos (2003, p. 86), Gil (2008, p. 10-11) e Prodanov e Freitas (2013, p.23), que conceituam o método indutivo “como um princípio que parte de dados ou fatos individuais para uma verdade universal”, essa metodologia de abordagem serviu bem mais as ciências humanas em questão de chegar o mais próximo de prováveis conclusões.

Não há como deixar de reconhecer a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais. Serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a

postura especulativa e se inclinassem a adotar a observação como procedimento indispensável para atingir o conhecimento científico. Graças a seus influxos é que foram definidas técnicas de coleta de dados e elaborados instrumentos capazes de mensurar os fenômenos sociais (GIL, 2008, p. 11).

A partir deste podemos configurar questões sociais e caracteriza-las como pesquisas científicas verdadeiras.

Considerando os objetivos da pesquisa e com base em Prodanov e Freitas (2013, p. 52), podemos categorizar esta pesquisa como sendo uma pesquisa descritiva ao qual segundo os autores “tal pesquisa procura observar, registrar, analisar e ordenar os dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que tal fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relação com outros fatos.”, ponto importante para assim podermos definir as formas de aquisição de dados.

Essa aquisição de dados é importante para que possamos apresentar resultados a pesquisa, neste ponto onde definimos os procedimentos a serem adotados, tivemos a interferência que citamos no início do capítulo sendo necessário muda-lo a priori definimos como uma pesquisa de campo, pois iríamos fazer a observação e elencar as variáveis percebidas para então realizarmos a entrevista, estávamos mais interessados na relação do objeto de pesquisa com seu entorno, do que nas perspectivas de variáveis mais estáticas.

Fomos então forçados pela circunstância a mudarmos para uma pesquisa de levantamento, onde Prodanov e Freitas (2013) e Gil (2008), afirmam o questionamento direto ao sujeito ou grupo alvo de uma pesquisa de forma a resultar numa análise quantificada dos dados adquiridos, sendo este tipo de procedimento o mais utilizado em censos feitos por grandes instituições.

Outro ponto que impactou a parte metodológica deste trabalho foi a modificação dos procedimentos técnicos a serem adotados onde tivemos que trabalhar com dados do Censo Escolar, pois se fez necessário trazer dados estatísticos do censo escolar para complementar as análises.

4.5 A execução da pesquisa

Para esta pesquisa definimos como sujeitos, a figura docente masculina que estão em atuação ou já atuaram na etapa da educação infantil.

Desde a construção do pré-projeto tínhamos definido a observação e a entrevista como formas de coletas de dados, pois queríamos estar presentes no primeiro contato dos professores

com as crianças e os responsáveis, queríamos verificar suas atitudes e comportamentos, as maneiras que tanto os pais e as crianças, quanto o professor iriam se portar desde o primeiro contato no início do ano letivo.

Todavia tivemos que mudar a observação e entrevista, para a aplicação de um questionário *On-line* utilizando da ferramenta ofertada pelo *Google* chamada *Google Forms*, conseguimos com muito esforço com que três docentes aceitassem participar e assim responder o questionário.

Os participantes foram um professor atuante em sala de aula na educação infantil e dois docentes que já atuaram em salas da educação infantil, mas atualmente estão lotados na gestão escolar. Um deles é gestor em um núcleo de educação infantil e o outro, em uma escola de ensino fundamental - séries iniciais, entretanto ainda assim encontramos diversas dificuldades para realizar o proposto. Os professores da rede pública municipal do município de Marabá-Pará, estão até o momento da finalização desse estudo realizando suas atividades na forma do ensino remoto.

A Secretaria municipal de educação não respondeu a solicitação de informações dos professores homens que estão atuando nas salas ou em gestão na educação infantil até a última semana do penúltimo mês de apresentação deste trabalho.

A primeira semana do último mês de apresentação deste era semana de formação e os professores não puderam se disponibilizar durante a semana garantindo responder o questionário ao fim de semana, porém apenas um devolveu o questionário preenchido.

Os dados estatísticos foram encontrados no site do governo federal. No capítulo a seguir buscamos fazer uma relação dos dados estatísticos com os dados apresentados pelos teóricos que embasaram este trabalho.

5 ANÁLISES E RESULTADOS

A área educacional para o homem não é um campo novo, pois ele sempre esteve relacionado seja através da gestão, políticas ou mesmo na criação de pesquisas e teorias, entretanto como docente em sala de aula na educação básica, podemos falar que sua inserção é relativamente recente, principalmente na etapa da educação infantil.

É muito comum chegarmos em escolas de ensino fundamental - series iniciais (1º ao 5º ano) e verificarmos que no corpo docente existem poucos ou nenhum professor homem. Conforme fomos construindo esse trabalho, realizamos várias revisões na literatura com o objetivo de construir uma resposta.

Uma das ferramentas para ajudar nessa construção de respostas, foi como já falamos alguns dados retirados do Censo escolar, que é um levantamento nacional e anual feito para apresentar estatisticamente informações referente ao campo educacional, como quantidades de alunos por series, matrículas, evasões, frequências, quantidade de escolas entre outros.

Em relação as variáveis que nos interessam para essa pesquisa, apenas foram incluídos no referido levantamento do Censo, no ano de 2007, com a mudança para o sistema web educ@censo que adicionou variáveis que começavam a ganhar mais notoriedade e onde havia mais informações surgindo que foram as variáveis “sexo” e “raça” dentre outras, a partir dessas pudemos começar a traçar um “perfil” de quem eram os profissionais docentes atuantes em sala de aula em nosso país.

Segundo o censo escolar de 2020 realizada pelo instituto nacional de estudo e pesquisa Anísio Teixeira (Inep), atualmente o Brasil possui um total de 2.189.005 de professores na rede pública e rede privada desse quantitativo total apenas 450,453 são homens, um valor percentual de 20,58%, dados esses que refletem a educação básica como um todo – ensino médios, series finais, series iniciais e educação infantil são caracterizados como educação básica – quando afunilamos ainda mais esses dados vemos que o número diminui ainda mais como mostrado na tabela 01 a seguir:

Tabela 01 – Censo Escolar 2020 – Educação Básica

	Quantidade	Mulheres	%	Homens	%
<i>Brasil</i>	2.189.005	1.738.512	79,42%	450.493	20,58%
<i>Norte</i>	191.894	133.303	69,46%	58.591	30,54%
<i>Pará</i>	83.958	59.068	70,35%	24.890	29,65%
<i>Marabá</i>	2.390	1.697	71%	693	29%

Fonte: Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Elaboração: Samuel Henrique Mota da Silva

Quando vemos esses números que representam um todo do corpo docente atuantes nas esferas federal, estadual e municipal, nos questionamos como seriam apresentados esses dados na etapa da educação infantil, tendo em vista que essa é a etapa foco de nossa pesquisa?

As duas tabelas a seguir refletem as respostas desse questionamento.

Tabela 02 – Censo Escolar 2020 – Educação Infantil (Creche)

	Quantidade	Mulheres	%	Homens	%
<i>Brasil</i>	306.239	298.199	97,37%	8.040	2,63%
<i>Norte</i>	12.200	11.820	96,88%	380	3,12%
<i>Pará</i>	5.495	5.313	96,68%	182	3,32%
<i>Marabá</i>	101	99	98,02%	2	1,98%

Fonte: Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Elaboração: Samuel Henrique Mota da Silva

Tabela 03 – Censo Escolar 2020 – Educação Infantil (Pré-Escola)

	Quantidade	Mulheres	%	Homens	%
<i>Brasil</i>	328.036	309.806	94,44%	18.230	5,56%
<i>Norte</i>	25.960	23.932	92,18%	2.028	7,82%
<i>Pará</i>	12.268	11.402	92,94%	866	7,06%
<i>Marabá</i>	326	317	97,24%	9	2,76%

Fonte: Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Elaboração: Samuel Henrique Mota da Silva

Ao olharmos os dados aqui presentes (Tabela 03), verificamos a discrepância da participação masculina na etapa da educação infantil em termo de país, já que o percentual é de apenas 5,56% docentes lotados nessa etapa.

Ainda conforme as tabelas 02 e 03, se somarmos os 2 professores da educação infantil que atuam nas creches mais os 09 que atuam no pré-escolar em nosso município, temos um total de apenas 11 docentes, destes 11 que foram informados pela secretária municipal de

educação de Marabá-Pará ao Censo Escolar (2020), como professores da educação infantil apenas ⁶3 professores atualmente (2021), estão lotados em salas de aulas da educação infantil.

A seguir na tabela 04, cria um breve perfil dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Tabela 04 – Perfil dos Docentes Entrevistados

Nome	Função	Formação	Vínculo	Tempo de Ed. Infantil	Classes
Prof. A	Orientador	Pedagogia	Concurso	3 anos	-
Prof. B	Diretor	Pedagogia	Concurso	20 anos	-
Prof. C	Professor	Pedagogia	Concurso	3 meses	Jardim I e II

Fonte: Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Elaboração: Samuel Henrique Mota da Silva

5.1 A escolha pela docência e a chegada a Educação Infantil

A escolha pela docência é o primeiro passo a entender o porquê de o homem arriscar a adentrar numa profissão onde em sua grande maioria estão as mulheres, quando questionamos o prof. A ele nos relata que: *“Iniciei minha vida como professor em busca de recursos para financiar o curso de jornalismo.”* Enquanto o prof. B nos responde da seguinte forma *“Acredito, que por exemplo da minha família.”*, já para o prof. C *“Quando aluno, me relacionava bem com alguns dos meus professores e teve uma em especial que me incentivou a cursa pedagogia.”*

Ao analisarmos as respostas recebidas pelos professores A e B veremos que suas falas coincidem com Carvalho (1998) que diz:

[...] os homens narram um processo mais tardio, mais tortuoso e frequentemente envergonhado. Ou, possivelmente mais realista, pois sofrem menos pressão no sentido de idealizar suas escolhas e podem apresentar com igual ênfase seus ideais e as dimensões práticas de suas decisões (o curso mais acessível, o emprego possível de acordo com o tempo disponível e a remuneração etc.). (CARVALHO, 1998, p. 415).

Já o professor C vai em uma direção levemente diferente dos outros, pois há um incentivo a escolher esse caminho, mas ao analisar a resposta ainda parece que foi algo instigado após a infância o que ainda nos remete a afirmação de Carvalho (1998).

Ainda tentando analisar por que desta chegada aos cursos de licenciatura, mesmo em face da desvalorização profissional, a primeira coisa é lembramos de uma suposição que

⁶ Informações adquiridas de maneira informal junto a pessoa que nos conseguiu as informações sobre os docentes que hoje atuam na etapa da educação infantil.

perpassa as camadas da sociedade sobre a existência de um grande número de vagas de emprego na área educacional, outro é a acessibilidade dos cursos de licenciatura a comunidade.

Também temos a criação de uma ilusão sobre o campo educacional, pois comumente frases como “o professor nunca fica desempregado” são ouvidas criando essa ilusão que exista muitas oportunidades de emprego na área de educação. O que talvez não seja bem uma ilusão, pois ao verificarmos a folha de pagamento do município de Marabá podemos constatar que educação e saúde provavelmente constituem juntas mais de 70% dela.

E ainda falando sobre o setor público, podemos verificar que este é o campo que mais emprega homens dentro de salas de aulas, por mais que tenhamos várias autoras como Rabelo e Martins (2010), Vianna (2001), Monteiro e Altmann (2014), Araujo e Hammes (2012), Carvalho (1998) a citar que homens na educação ocupem cargos de gestão, podemos ver que não seja realmente essa realidade na atualidade, mas iremos nos pautar apenas no que percebemos no município do Marabá.

Não é que discordemos das afirmações das autoras sobre esta ser a realidade no início do século XXI, mas os debates sobre relações de gênero e a desigualdade aos poucos tem contribuídos para mudanças nesses aspectos, mas é inegável concordar com as falas de Monteiro e Altmann (2014), quando dizem:

Na perspectiva da ideologia naturalizadora, dois princípios organizadores atuam: o princípio da separação, que considera a existência de trabalhos de homens e trabalho de mulheres; e o princípio hierárquico, segundo o qual o trabalho exercido por homens tem um valor maior que o trabalho exercido por mulheres. (MONTEIRO E ALTMANN, 2014, p. 724).

Essas questões sobre a naturalização de determinadas profissões a determinado sexo é um dos empecilhos a atuação de profissionais que transgredem as limitações de gênero nas profissões, para atuação docente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB promulgada em 1996, diz:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (On-line).

A clareza da legislação ao definir o necessário para a atuação docente em nosso país, nos remete ao entendimento “precisa-se de um diploma e apenas isso” não se é abordado necessidade sobre determinado sexo ou mesmo raça, apenas a qualificação superior obtida nas universidades, a exemplo disso quando questionamos os professores A, B e C sobre quem os

manejou a educação infantil obtemos uma resposta igual de ambos, “Secretária de Educação” isso corrobora com um perspectiva que não tomou-se a atuação docente pelo gênero neste órgão.

Entretanto ainda surge o questionamento do porquê haver tão poucos professores atuando hoje na etapa da educação infantil, todavia a resposta a essa questão se fará em outro momento, pois nunca obtivemos resposta do departamento de educação infantil da Secretaria municipal de educação, ao qual direcionamos este questionamento.

5.2 Um estranho na sala de aula

A presença da figura masculina dentro das salas de aulas da educação infantil é algo muito recente, essa presença gera estranheza, Monteiro e Altmann (2014), Araujo e Hammes (2012) e Carvalho (1998) com seus trabalhos voltados a atuação docente masculina na educação infantil corroboram com esta afirmação, entretanto mesmo elas discordam em determinados pontos quanto aos níveis dos impactos que a presença do homem pode ter sobre os responsáveis e os colegas de trabalho.

Quando fizemos um levantamento sobre a temática do homem na educação infantil encontramos por muitas vezes as palavras “preconceito” e “discriminação” incorporadas nas análises e resultados apresentados, sabemos que ambas as palavras estão relacionadas entre si, entretanto apresentam conceito diferentes, mas como elas se aplicam de fato na construção dessas análises?

Primeiramente definir a que tipo de categoria pertence e a que tipo de resposta emocional passam os outros ao verem um homem em sala de aula seria necessário para iniciar uma discussão, ao procurarmos os significados destas palavras em dicionários *on-line* como o dicionário Michaelis e o Dicio tomamos como correto afirmar que homens sofrem preconceitos ao se proporem atuar na educação infantil.

Ao questionarmos aos professores que participaram das entrevistas nesse estudo, se eles tiveram algum tipo de resistência por parte dos responsáveis dos alunos, recebemos resposta diferentes de ambos os professores. O professor B afirma não ter tido nenhum tipo de resistência, entretanto o Professor A afirmou que: *“Sim, mas foi por pouco tempo. Logo apareceram alunos que eram filhos dos meus amigos e amigas de infância, até porque a escola*

se localizava a menos de 500 metros da casa em que passei toda a infância. Então cerca de 70% dos pais já me conheciam há algum tempo.”

Ao analisar a resposta do professor A vemos algo semelhante ao que nos é narrado por Carvalho (1998), referente ao que poderíamos chamar de processo de aceitação ou de conquista de espaço, que em geral é a desmitificação dos conceitos sobre a figura masculina ao trato com crianças pequenas.

Quanto a resposta do professor C vemos uma situação especial, pois o mesmo foi lotado na etapa de educação infantil recentemente, ainda nesse período de isolamento social, então ele não teve contato com as crianças e os pais, a principal fonte de contato com os mesmos se dá no processo de entrega dos cadernos de atividades.

Já ao vermos a resposta do professor “B” voltamos a citação anteriormente exposta neste trabalho de Carvalho (1998), que nos remete a discutir sobre a aceitação do homem está ligado as maneiras como a educação é vista bem como reconhecemos a seriedade da instituição, então podemos supor que o professor tenha sido encaminhado a uma escola onde pela seriedade era ponto forte de forma que não se permitia questionar os profissionais que ali estavam.

Ainda neste tópico sobre a presença do homem no ambiente escolar questionamos sobre a existência de conflitos e obtivemos a seguinte resposta do professor ‘A’: *“Não. Nunca houve conflito direto. Havia alguns ruídos, mas logo foi superado.”* A resposta do professor nos faz voltar as conclusões de Carvalho (1998), que analisa em parte essa perspectiva do uso da palavra “superar” algo ao qual notamos que acontece a partir da desmitificação do conceito social sobre a figura masculina, vindo através do convívio e da observação da prática do docente masculino, que resulta nas mudanças dos conceitos adotados ao julgar o professor homem.

Já quando perguntamos sobre a existência de conflitos e resistência a sua presença como professor da educação infantil o professor “C” cita que: *“[...]não houve falas ditas diretamente a mim, entretanto não deixa de ter comentários entre a comunidade”* ele ainda cita que: *“[...]teve muitos pais que não interagem nos grupos, e questionavam a gestora da escola porque a secretária não encaminha **uma professora.**”* (Grifo nosso).

Monteiro e Altmann (2014), colocam preocupações para com este momento dizendo que a não aceitação e a falta da intervenção da equipe gestora para com o professor pode gerar consequências como segregação e ostracismo.

É certo que ao primeiro contato exista sim um estranhamento a presença masculina dentro de sala que advêm da construção social do perfil do profissional da educação infantil, mas com a devida intervenção e tempo, as mudanças podem ocorrer.

5.3 A atuação do professor na sala de aula

O estranhamento a presença masculina em salas de aula da educação infantil é evidente seja através do relato do professor “A” como dos relatos advindos dos trabalhos das autoras utilizado nesta monografia, entretanto uma das coisas que mais nos preocuparam foi saber se isso afetaria o seu desempenho e como afetaria, pois a partir do suposto de haver preconceito imaginávamos que eles se restringiriam de alguma forma, entretanto essa preocupação se mostrou em vão frente as repostas recebidas.

O prof. A, quando fala sobre diz que: *“Não. Nunca, sempre me comortei como sou até hoje.”*, já o professor “B” diz que: *“Não. Sempre busquei ser um profissional competente para poder contribuir na formação dos meus alunos”*, entretanto para o professor “C” ele diz que: *“sim, sinto que estou sendo julgado e comparado a outras professoras que já tem experiência com essa etapa de ensino”*.

Quando analisamos as respostas dos professore “A” e “B” percebemos uma suposta segurança ao se expressar, talvez condizendo ao tempo de atuação na educação infantil visto se comparado as respostas obtidas ao questionarmos como foi o processo inicial deles na educação infantil.

Todavia para o professor “C” é diferente devido a ser o primeiro ano a lecionar na etapa da educação infantil, o sentimento de julgamento é algo que nos remete ao sentimento de frustração, pois se compararmos a experiência nas series iniciais onde o homem é melhor aceito a uma etapa onde ele é visto com desconfiança, podemos inferir que isso gera um sentimento de desconforto.

Para o professor “A”, o seu início na educação infantil foi; *“Muito minucioso por causa do meu gênero. Muitos pais e mães me olhavam meio estranho. Ter um homem cuidando do seu filho pequeno era de dar preocupação.”*. Ao compararmos com sua resposta anterior podemos notar uma certa discrepância, como não haver inquietação ao lecionar percebendo esse olhar de estranheza?

Para Monteiro e Altmann (2014), o que poderia justificar essa discrepância entre as respostas seria a segurança obtida através da experiência, bem como o aprofundamento no seu próprio planejamento do trabalho pedagógico:

Essa aprendizagem da docência não se concluiu no curso de formação inicial, mas ocorreu ao longo do trabalho pedagógico desenvolvidos pelos sujeitos, os quais relataram diferenças entre o início da carreira e atualidade. As diferenças relatadas se relacionam com a compreensão das características do trabalho pedagógico na educação infantil, mudanças na relação do professor com seu próprio planejamento do trabalho pedagógico, sentimento de maior segurança e satisfação com as propostas realizadas, melhor relação entre os conhecimentos teóricos e os saberes práticos docente – considerada como uma construção contínua da formação profissional – mudanças na organização do tempo e do espaço e maior autonomia com relação ao referencial teórico utilizado (MONTEIRO E ALTMANN, 2014, p. 728-729).

O que nos remete a resposta do professor “B” quando diz: *“no primeiro momento houve um certo impacto de ir trabalhar em creche, visto que, se tinha uma visão de só brincar e não educar”*, muitas vezes acontece de não sermos preparados no que condiz a formação inicial, entretanto ao trazermos nossas próprias suposições sobre a etapa, talvez pelo tempo de docência que o professor “B” tem – que são 20 anos – durante sua formação inicial, os estudos referente a educação infantil ainda não estavam com uma grande visibilidade e as questões do cuidar e educar ainda se prendiam aos estereótipos ao qual ele faz menção.

5.4 A visão da experiência sobre a docência na educação infantil

Ao avaliar todo o processo pelo que passa o professor homem na educação infantil, podemos dizer que seria um divisor de águas, pois existe uma necessidade de desconstruir uma parte da nossa visão de mundo, coloca em evidenciar o sujeito como pessoa, como homem e como profissional, ponto esse abordado nas respostas da entrevista.

Ao construir uma resposta sobre a educação infantil a partir da sua experiência o professor “B” diz que: *“Todos nós somos capazes de realizar um excelente trabalho seja homem ou mulher, basta ter compromisso com o seu profissional. Acredito que o compromisso gera responsabilidade para você enquanto profissional, busque fazer sempre o seu melhor”*.

Ao tomarmos alguns dos discursos de Carvalho (1998), veremos ela defender que o discurso sobre a profissionalidade ditos pelos participantes de pesquisas desse cunho revelam sua necessidade de separar os aspectos masculinos e femininos da profissão.

Talvez esse discurso enfocando os aspectos da profissionalização não tenha realmente a intenção de distinguir masculino e feminino em sua superfície – Não negamos que inconscientemente aconteça como Carvalho (1998), falou – mas talvez tenha a intenção de

negar o discurso naturalizador que veio a ser construído na profissão com a utilização de palavras como “vocação” e “dom”, o que observamos na resposta do professor A quando diz: *“Vejo como algo natural, afinal o dom de professor não escolhe gênero; ele nasce com a pessoa. O profissional apenas dá espaço à vocação. Ser professor transcende a capacidade humana de se ver com diferenças biológicas ou sexuais. Ser professor vem da essência humana em trocar conhecimento.”*

Entendemos que a intenção da resposta era enfatizar que um professor, será sempre professor, mas ao permanecermos discursando sobre a naturalidade em que os professores se “conhecem” como tal acabaremos por permitir a desvalorização de toda a trajetória de formação que temos até que estejamos aparados teoricamente para justificar as nossas práticas.

Outro ponto bem citado é o contexto de estarmos preparados a aceitar e discutir novas problemáticas, com cita o professor “C” quando diz que: *“A partir do momento que abre-se espaço para a discussão da problemática, começamos a pensar novos caminhos para que todos tenham ferramentas que possibilita uma boa atuação independente da questão do gênero.”*, apesar dele se referenciar aos estudos gênero foco deste trabalho, não deixa de ser um pensamento que nos leva a refletir sobre a necessidade de adaptação do profissional docente, pois a nossa formação inicial não contempla todos as possíveis problemáticas da trajetória docente, e sem estarmos preparados para enfrentar novos caminhos acabaremos por nos tornar antiquados e ultrapassados como pessoas, assim como profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos afirmar que o gênero tem uma forte influência em muitas questões sociais e impacta fortemente no desenvolvimento delas, pois um conceito enraizado desde o nascimento não se alteram facilmente e nisso enfatizamos tanto as questões dos debates turgentes das discussões de gênero que aos poucos vemos que temos avançado no processo de desnaturalização do discursos que perpetram os conceitos de gênero como natural e inerentemente biológico, do qual estamos em um processo lento mais firme fazendo a transposição desses limites que os gênero nos impôs aos meios sociais, profissionais entre outros.

E por mais que muitas das vezes enfrentemos atitudes e discursos de regressão camuflados em falas e atitudes que dizem “visar” representatividades e avanços sociais observamos a impossibilidade sejam implementados sem uma resistência, pois, por mais que muitos ainda neguem a aceitar a verdade das questões de gênero nota-se que já percebem a influência do mesmo em sua vida e podemos dizer o real problema pode estar em aceitar perder os privilégios e as comodidades advindas das construções sociais do gênero.

E romper com essas comodidades é o que vemos no que colocar como a construção da nova identidade do professor, pois não falamos apenas da construção diária da sua prática, mais também das novas variáveis que hoje aparecem na figura do professor, onde encontramos mais diversidade do professorado nas várias etapas da educação básica, e aqui voltamos ao rompimento dos limites, pois a atuação masculina em sala de aula é isso, é o romper com as ideologias perpetradas por muito tempo.

A atuação masculina em sala de aula em especial na educação infantil vem romper com os conceitos e ideias já perpetrados como a figura ideal a esta etapa – a feminina –, bem como o que se esperar da etapa, pois vai bem mais que o apenas cuidar, e por mais que seja uma questão difícil ao homem poder atuar nesta etapa, também é uma questão de mostrar que a docência não é algo natural.

Pois muito vemos discursos que tem o caráter de naturalizar e desmerecer a docência, não apenas na questão da atuação do professor, mais na naturalização da profissão a um “dom” ou a uma “vocação”, palavras que por mais que pareçam engrandecer na verdade vem a desmerecer, pois quando paramos e analisamos as mesma podemos nos questionar qual a necessidade de formação profissional quando é algo natural? Qual a necessidade de investir se

é função “biológica” da mulher? de forma profundamente enraizada desvalorizamos todo um processo de formação e qualificação ao qual tanto homens quanto mulheres passam para adquirir a base mínima necessária para exercer essa profissão.

E assim temos a base ao qual ocorre o preconceito e a discriminação para com a atuação masculina ao trato com crianças pequenas, esse romper de fronteiras culmina em medo aos sujeitos que não estão “acostumados” a essas situações, pois já detêm todo em seu imaginário todo um caminho e um ambiente construído a partir dos seus ideais e conceitos pré concebidos.

Dessa forma quando falamos sobre os impactos e influencias do gênero nos remetemos a isso, a desvalorização do sujeito em via de um conceito concebido sem base real, pois, o gênero não inferi na competência profissional dos sujeitos atuantes nas profissões. Porque seja o conceito subjetivo de masculinidade ou a feminilidade, não tem base real para poder ser usado como critério para julgamentos se podemos ou não exercer determinada profissão, como diversas vezes ainda ocorre.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: A Paixão pelo Possível**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1998.
- ARCE, Alessandra. Documentação Oficial e o Mito da Educadora Nata na Educação Infantil. *In: Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 167-184, julho/2001
- ARAUJO, Messias Pereira; HAMMES, Care Cristiane. A Androfobia na Educação Infantil. *In: Interfaces da Educação*, v. 3, n. 7, p. 5-20. 2012
- BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> acessado em 10 de agosto de 2021.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Vozes masculinas numa profissão feminina. *In: Revista de Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, p. 406-422. 1998.
- COSTA, Adriana Barbosa da; NUNES, Alessandra Helena de Mata; OLIVEIRA, Miriam Alves de (Org.). **Guia de trabalhos acadêmicos**. Marabá, PA: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnico de Pesquisa Social**. Ed. 6. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUEDES, Moema de Castro. Gênero e Mercado de Trabalho: Alguns Elementos do Debate. *In: ARILHA, Margareth. Et al (Org). Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade: Articulações Contemporânea*. Campinas: Librum Editora: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 15 de maio de 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística sobre o Professor Censo Escolar 2007**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em 15 de maio de 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em 15 de maio de 2021.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Ed. 22. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2008.
- LIMA, Flaviane Izidro Alves de. et al. A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **Doxa: Ver. Bras. Psicol. Educ.**, v. 19, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2017
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: Construção e desconstrução. *In: Educação e Realidade*, v.20, n.2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva Pós-Estruturalista.** Ed. 6. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica,** Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na Educação Infantil: Olhares de Suspeitas e Tentativas de Segregação *In: Cadernos de Pesquisas*, v. 44, n.153, p. 720-741, jul/set. 2014

MUSZKAT, Malvina. **O homem subjugado:** O dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus. 2018.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O Mito da Masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PRODNOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Ed. 2. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério.** *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 4., 2010, Uberlândia. *Anais...* Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em: 05/05/2021.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e Educação Formal no Brasil:** Estado da Arte e Bibliografia. Brasília, DF. INEP: Reduc. 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação e Realidade*, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 Ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, Claudia Pereira. O Sexo e o gênero da docência. *In: Caderno pagu*, n. 17/18. p. 81-103. 2001/02.

APÊNDICE A – Questionário para Coleta de Dados

Nome:

Formação:

Nível que leciona:

Tempo de atuação:

1. Por que a escolha pela profissão de professor?
2. A sua atuação na educação infantil foi escolha da sua parte ou apenas designação da secretaria de educação?
3. Como foi o processo inicial da sua atuação na educação infantil?
4. Você sentiu alguma tipo de resistência por parte dos responsáveis dos alunos pelo fato de ser um homem a estar sendo o professor da turma de educação infantil?
5. Durante sua atuação ocorreu algum atrito ou conflito pelo fato de ser homem e estar atuando na educação infantil?
6. O fato de ser homem faz com que você se restrinja na forma de se comportar em sala se comparado a professoras das mesmas etapas? Se sim você poderia explicar um pouco sobre?
7. Você já lecionou em outras turmas fora da educação infantil? Se sim, como você vê essa experiência comparado a lecionar na educação infantil.
8. Você sente algum estranhamento quando cita a sua profissão como docente na etapa da educação infantil, ou você não fala? Explane sobre sua resposta.
9. Se houvesse a oportunidade de trocar a docência nas salas da educação infantil por uma turma de outras etapas, você faria essa troca? Explane sobre sua resposta.
10. Como você analisa a atuação docente do homem na educação infantil partindo de sua experiência (ou expectativa) de atuação dentro da sala de aula. Explane sobre sua Resposta.